

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL DE ODEMIRA 2025-2029**

FICHA TÉCNICA

Título

Plano de Desenvolvimento Social de Odemira 2025-2029

Entidade Promotora



Documento elaborado por



Logframe - Consultoria e Formação, Lda.
www.logframe.pt

Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Odemira

Índice

Nota introdutória	4
1. Rede Social do Concelho de Odemira	6
2. Processo metodológico	7
3. Síntese diagnóstica	9
3.1. Habitação	10
3.2. Saúde.....	13
3.3. Mobilidade	15
3.4. Migrantes	17
3.5. Crianças e Jovens.....	19
3.6. Pessoas Idosas.....	21
3.7. Pessoas com Deficiência	23
4. O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Odemira (2025-2029)	26
4.1. Eixos estratégicos de intervenção social.....	30
4.2. Matrizes de Planeamento.....	39
5. Implementação e Avaliação do PDS	58
5.1. Implementação do PDS do Concelho de Odemira	58
5.2. Avaliação do PDS do Concelho de Odemira	63
5.3. Indicadores de execução e indicadores de sucesso	65
6. Fontes.....	79

Nota introdutória

O Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Odemira é, à semelhança do Diagnóstico Social, um dos produtos elaborados no âmbito do Programa Rede Social.

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, prevê-se que através do Programa Rede Social se *“fomente a solidariedade social, se otimizem as diferentes capacidades de resposta e se adaptem, com base nessa dupla dinâmica, as novas medidas de política social que se vão tornando necessárias e possíveis”*, preferencialmente *“sem a criação de novos organismos nem aumento, significativo, de despesas”*.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) vem assim contribuir para o incremento do número de projetos locais, o que apenas é possível mediante a congregação e gestão eficiente dos próprios recursos e capacidades das organizações que intervêm no concelho. Os projetos locais constituem-se como uma resposta que irá, potencialmente, contribuir para a resolução ou atenuação dos problemas sociais, identificados previamente no Diagnóstico Social, permitindo o enquadramento de todas as intervenções a serem implementadas no âmbito do desenvolvimento social.

O PDS, para além de ser a materialização de uma definição conjunta de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local, é, ele próprio, um instrumento de planeamento, onde se encontram definidas as etapas e as estratégias a desenvolver em resposta às necessidades identificadas pelos atores locais e onde se encontram previstos processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

A definição do quadro estratégico do concelho de Odemira para 2025-2028, no âmbito do desenvolvimento e intervenção social, irá permitir:

- Orientar os processos de desenvolvimento social local, conferindo-lhes racionalidade estratégica;
- Reforçar a articulação entre políticas locais e políticas nacionais, com ganhos de eficácia e eficiência na aplicação de ambas;
- Dar continuidade e incrementar a relação de parcerias e sinergias entre atores locais, com vista à promoção de processos de intervenção social local mais consequentes e impactantes;
- Dotar o território e os seus atores de um instrumento de planeamento útil que permita enquadrar e justificar novos projetos e candidaturas a fontes de financiamento externas.

O presente documento encontra-se organizado em 6 capítulos. O primeiro capítulo permite uma caracterização sumária da Rede Social, sua constituição e objetivos. O segundo capítulo centra-se no processo metodológico realizado para a construção do PDS. O terceiro capítulo aborda, de uma forma resumida, os problemas e necessidades identificadas como prioritárias no Diagnóstico Social de Odemira, os quais foram a base da construção do presente Plano de Desenvolvimento Social. O quarto capítulo explora os eixos estratégicos e as suas respetivas medidas, o quinto capítulo é dedicado às questões referentes à implementação e avaliação do Plano de Desenvolvimento Social e, por último, um sexto capítulo onde se indicam as fontes utilizadas para o presente documento.

1. Rede Social do Concelho de Odemira

A Rede Social do Concelho de Odemira encontra-se materializada através do Conselho Local de Ação Social, o qual é um órgão local de concertação e congregação de esforços com vista à prossecução do desenvolvimento dos objetivos do Programa da Rede Social. Tem como finalidade a conceção e avaliação da política social local para que, através da renovação/inação de estratégias de intervenção e do planeamento estratégico, promova o desenvolvimento social do concelho. É dotado de Regulamento Interno próprio e é constituído por organismos públicos, entidades sem fins lucrativos, podendo ainda integrar entidades com fins lucrativos e pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local.

Para uma mais ágil operacionalização das suas competências, existe um Núcleo Executivo, o qual assume como finalidades: garantir a execução das medidas necessárias para a implementação do modelo de intervenção da Rede Social e fomentar a dinâmica do Conselho Local de Ação Social de Odemira (CLASO), composto por:

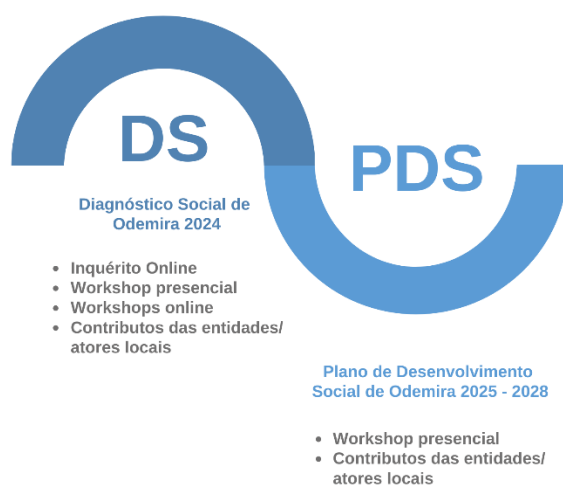
- Município de Odemira
- Instituto da Segurança Social
- Associação Humanitária D. Ana Pacheco
- TAIPA, Crl
- Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade
- Junta de Freguesia de S. Teotónio
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Colos

O Conselho Local de Ação Social de Odemira (CLASO) é atualmente presidido pela Exma. Senhora Vereadora Isabel Palma.

2. Processo metodológico

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de Odemira é construído na sequência da atualização do Diagnóstico Social (DS) em 2024, sendo ambos os documentos parte integrante de um processo de planeamento da intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio.

Para além destes dois instrumentos de planeamento estratégico da intervenção e desenvolvimento social, importa ainda salientar outros Planos e programas municipais já existentes, considerados sempre que tal se avaliou como oportuno e coerente.

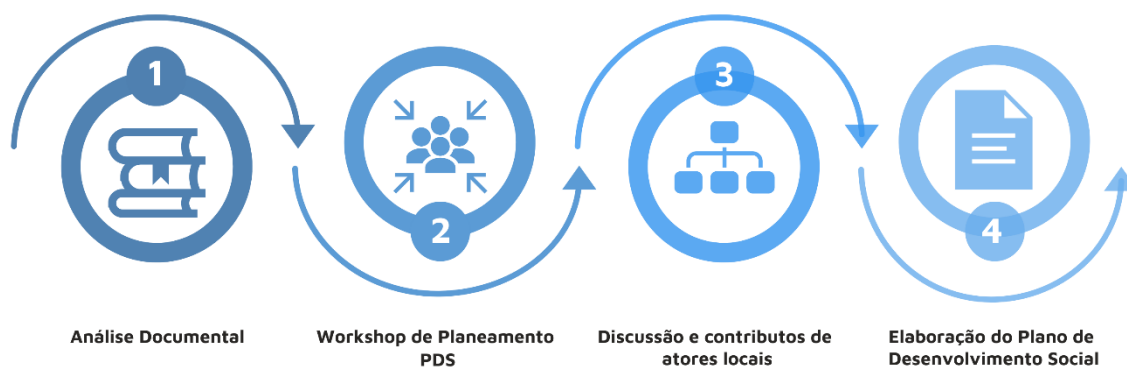


Tal como preconizado no Programa Rede Social, o presente PDS desenvolve-se a partir do Diagnóstico Social elaborado, tendo assim como base as prioridades e linhas estratégicas de intervenção definidas nesse documento.

Nesta linha, a metodologia subjacente à elaboração do PDS de Odemira foi concebida e executada garantindo a coerência com a metodologia utilizada na realização do Diagnóstico Social, tendo por base dois tipos de informação distinta e complementar – o conhecimento da realidade dos/as profissionais que trabalham nas diversas áreas de intervenção e desenvolvimento social, e a informação que consta em planos de incidência territorial (nacional, regional e concelhia).

É já reconhecido, no âmbito do trabalho em parceria desenvolvido no concelho de Odemira, que é através de processos de articulação e partilha entre as entidades e os atores que intervêm no âmbito social, que melhor se identificam as necessidades consideradas prioritárias e dimensões dos problemas sociais existentes no território, como também se sinalizam os recursos e a oportunidades que permitem equacionar as soluções que melhor poderão responder aos mesmos.

Assim, o processo de construção do PDS privilegiou uma dinâmica de participação e contato entre/com as várias estruturas organizativas que integram a Rede Social. Foi realizado um *workshop* presencial de planeamento de âmbito concelhio, abordando sobretudo as áreas prioritárias definidas em sede de Diagnóstico Social (Habitação, Saúde, Mobilidade, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, Crianças e Jovens e Migrantes).



Tendo como ponto de partida as áreas identificadas no DS como prioridades de intervenção e os problemas/necessidades associados às mesmas, foram elaborados objetivos que se encontram subjacentes às soluções propostas, tendo sido estas operacionalizadas através da definição de medidas/ações prioritárias. Também foi reforçada a dimensão estratégica do PDS, tendo sido enumerado para cada objetivo e/ou ação prioritária os recursos e as entidades a envolver para a sua execução, bem como as estratégias para os alcançar. A dimensão de monitorização e avaliação também se encontra contemplada através da definição de indicadores de sucesso para cada objetivo definido e de indicadores de execução para cada medida/ação prioritária.

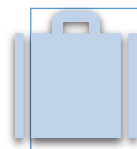
3. Síntese diagnóstica

A atualização do Diagnóstico Social do concelho de Odemira, cujo documento foi aprovado a 23 de julho de 2024, permitiu uma maior e melhor compreensão da realidade social do território, com a identificação de necessidades, problemas prioritários e suas relações de causalidade, mas também permitiu identificar recursos e potencialidades locais, que se constituem como oportunidades de desenvolvimento.

Nesta síntese diagnóstica iremos apresentar, para cada área prioritária identificada no Diagnóstico Social, uma breve contextualização, onde constam os dados de caracterização atualizados, e um resumo dos principais problemas e necessidades identificadas pelos atores locais.



Habitação



Migrantes



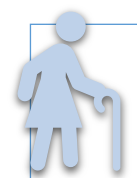
Saúde



Crianças e Jovens



Mobilidade



Pessoas Idosas



Pessoas com Deficiência

3.1. Habitação

A Habitação foi uma das áreas de intervenção que, em sede de Diagnóstico Social, maior consenso gerou como área a considerar prioritária em termos de intervenção social.

A **difículdade de acesso** a algo constitucionalmente consagrado, em Portugal, como *direito* é um problema que merece, para os atores locais, particular destaque no território em causa. O cruzamento entre o seu conhecimento do território e os indicadores reunidos e analisados, permite dar conta de uma realidade marcada pelo desfasamento entre a procura e a oferta de habitação – no que replica o diagnóstico produzido no âmbito da Estratégia Local de Habitação (ELH) de Odemira.

A disponibilidade de oferta habitacional revela-se insuficiente para desde logo corresponder ao aumento de residentes verificado no concelho na última década.

Acresce, por outro lado, a desadequação entre a habitação disponível e as insuficientes condições socioeconómicas das famílias, agravadas pelo significativo aumento do valor de rendas observado no concelho, e pelos custos associados à compra e à manutenção de imóveis.

Por outro lado, apesar do aumento dos alojamentos familiares vagos, estes não garantem a superação dos problemas relacionados com o mercado habitacional (compra e/ou arrendamento), na medida em que se verifica que a maioria dos alojamentos vagos se encontram sem condições de habitabilidade e/ou indisponíveis para venda ou arrendamento (sendo uma parte significativa alojamento destinado a períodos de férias e lazer).

De notar ainda, a insuficiente produção de habitação a custos controlados, nomeadamente pública. O parque habitacional integra 26 fogos de habitação social e, em 2023, 23 agregados familiares beneficiaram do apoio ao arrendamento.

Os problemas habitacionais de Odemira estão corelacionados com o crescente dinamismo das atividades agrícolas, em particular as atividades de produção hortofrutícola na área de Aproveitamento Hidrográfico do Mira. Na origem destes problemas está o **crescimento da procura por habitação** provocado pela enorme exigência de mão-de-obra, maioritariamente pouco qualificada, das atividades agrícolas e pela crescente pressão provocada pela procura de alojamento decorrente do aumento do número de empresas de “prestação de serviços” que potenciaram o surgimento de um elevado volume de condições de habitabilidade indigna, associadas à sobrelotação, insalubridade e insegurança.

A persistência de **deficientes condições de habitabilidade** constitui outro problema revelado por relação à área de intervenção em análise. Referencia-se, neste âmbito, que a atual ELH de Odemira identifica um total de 1.744 agregados familiares a apoiar através de soluções habitacionais a promover no âmbito do 1.º Direito pelo Município de Odemira, devido a condições habitacionais indignas. Nomeadamente, 1.457 devido a **sobrelotação**, e 107 por contextos de **insalubridade e insegurança**.

Comprometendo o desígnio perseguido de uma *habitação condigna*, a degradação do parque habitacional e a escassez de oferta, vocacionada tanto para a compra como para um arrendamento, perante a procura existente, são elementos considerados centrais no que os atores consideram central nesta área prioritária de intervenção.



Alojamentos (2021):

11.186 Residência Habitual

6.980 Residência secundária

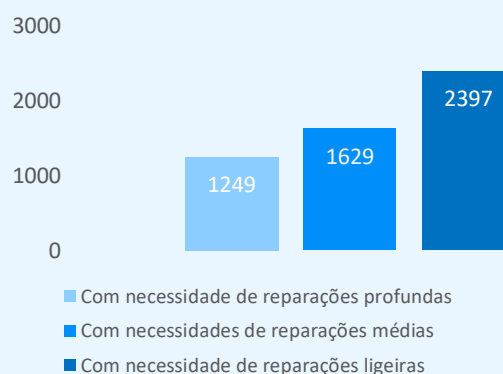
3.963 Vagos

Valor médio de
arrendamento em 2021

345,71/mês

27,7% dos Edifícios (2021) necessitam de reparações

N.º Edifícios/estado de conservação (2021)



De acordo com o Diagnóstico Social atualizado para o concelho de Odemira (2024), os atores locais destacaram como principal constrangimento ou problemas e respetivas causas, no domínio da Habitação, a dificuldade de acesso à mesma.

Constrangimentos/Problemas e causas identificadas, em sede de Diagnóstico Social de Odemira:

**Dificuldade de acesso à
Habitação**

- Insuficiente oferta de habitação no mercado, livre e de para arrendamento ou compra
- Falta oferta de habitação social
- Elevada procura de habitação
- Preços elevados/ especulação imobiliária
- Condições de arrendamento exigentes (acima das condições das pessoas e famílias que procuram habitação)

3.2. Saúde

Em Odemira, o número de médicas/os por 1.000 habitantes era, em 2021, de 1,2, um valor abaixo da média nacional (5,7) e regional (3,2 região do Alentejo). O mesmo acontece ao nível do número de enfermeiras/os, que em Odemira são cerca de 2,0 por 1000 habitantes, quando a média nacional se situa nos 7,8 enfermeiros por 1000 habitantes.

De acordo com os indicadores de saúde disponíveis por município, verifica-se que em 2021 foram registados 269 nados-vivos no território, número esse que tem vindo a aumentar desde 2015. Ao nível da taxa bruta de mortalidade, Odemira registava, em 2021, uma taxa de 12,8‰, valor superior ao que se verifica a nível nacional.

De acordo com o Perfil Local de Saúde Alentejo 2019, as principais causas de morte, coincidem com as mais registadas a nível nacional e regional, destacando-se, contudo, que a proporcionalidade de mortes por doenças do aparelho circulatório é superior na ULS Litoral Alentejano do que no Continente (30,7 para 30,2 respetivamente) e superior, ao nível dos tumores malignos, quando comparada com a ARS Alentejo (22,9 para 21,5, respetivamente). Já no que se refere às mortes por doenças do aparelho respiratório, o valor registado na ULS Litoral Alentejano – 12,9 – é superior ao registado no continente e na ARS Alentejo (11,9 e 12,6).

Atendendo aos diagnósticos ativos registados na ULS Litoral Alentejano, é possível verificar que, alguns dos fatores de risco como a hipertensão e a obesidade, os quais podem também contribuir para a prevalência de doenças do aparelho circulatório, estão presentes nesta região.



21,49%

Utentes inscritos/as na
UCSP de Odemira sem
médico de família

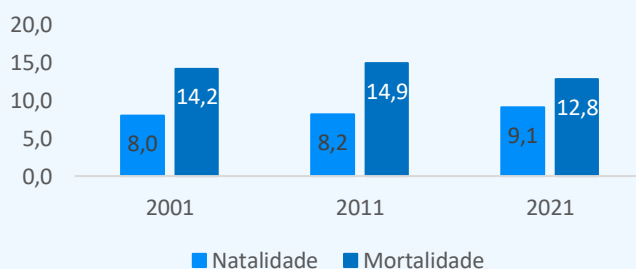
Indicadores de saúde do concelho (INE, 2021):

1,2 médicos/as por 1000 habitantes

2,0 enfermeiros/as por 1000 habitantes

0,4 Farmácias por 1000 habitantes

Taxa bruta de natalidade e mortalidade



Ainda que sem dados concretos ao nível da saúde mental, os atores locais têm a perceção do aumento de casos, nomeadamente após a pandemia por Covid-19. Um dos fatores que pode contribuir para a crescente identificação de problemas de saúde mental, é o consumo de substâncias lícitas e ilícitas e as dependências decorrentes destes mesmos consumos, os quais potenciam e agravam as doenças mentais.

De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Odemira, os atores locais destacaram como principal problema nesta área de intervenção, as insuficientes respostas face às necessidades existentes.

Constrangimentos/Problemas e causas identificadas, em sede de Diagnóstico Social de Odemira:

**Insuficientes respostas
face às necessidades
existentes**

- 21,49% utentes da UCSP de Odemira sem médico de família
- Défice de médicos e de enfermeiros por 1.000 habitantes: 1,2 médicos e 2 enfermeiros
- Inexistência de respostas próximas geograficamente ao nível de algumas consultas de especialidade, com dificuldade acrescida pelo défice de resposta dos transportes públicos
- Elevado tempo de espera de resposta em consultas de especialidade
- Aumento de utentes com diagnóstico registado de demência, perturbações da ansiedade e depressivas
- Taxa de mortalidade padronizada da população com menos de 75 anos, por lesões autoprovocadas voluntariamente de 23,5%
- Alentejo como região nacional com mais comportamentos de risco associados ao álcool

3.3. Mobilidade

Na Região do Alentejo Litoral, Odemira é o concelho em que a maior percentagem da população utiliza o transporte coletivo nas suas deslocações para o local de trabalho ou estudo (20,3%), no entanto, apesar deste valor, a viatura própria continua a ser o principal meio de transporte utilizado nas deslocações diárias necessárias por motivos de trabalho, estudo, compras e acesso a serviços de saúde, seguindo-se o meio pedonal e a utilização de transportes públicos.

É de salientar ainda que Odemira é o concelho do Alentejo Litoral com uma menor proporção de residentes (61%), com mais de 14 anos, que não possuem meio de transporte alternativo ao público, seja por não possuírem viatura própria, não terem carta de condução ou não conduzirem.

A nível das acessibilidades rodoviárias, Odemira é também o concelho do Alentejo Litoral com menores vantagens, apresentando elevados tempos de ligação à generalidade dos restantes municípios (superiores a 50 minutos). Atendendo à sua posição geográfica na região e à sua extensão territorial, apresenta tempos elevados de ligação às sedes dos restantes concelhos e também uma maior distância a outros centros urbanos externos, como Beja, Évora, Setúbal e Lisboa.

Sendo o maior concelho do país, mesmo nas acessibilidades internas, verifica-se a existência de freguesias e aglomerados populacionais que distam entre 30 a 45 minutos da sede do município, nomeadamente Sabóia e Santa Clara-a-Velha.

Mesmo em período escolar, em que a oferta de transporte público aumenta significativamente, cerca de 18% da população não dispõem de serviço regular de transporte público, valor que ascende aos 28% no período não escolar. Correspondendo a 27 lugares sem acesso, que aumentam para 49 durante os períodos não escolares. Durante os fins-de-semana esta proporção agrava-se para 100%, na medida em que não existe qualquer oferta de transporte público rodoviário.

Verifica-se assim a existência de diversas zonas de baixa densidade de concentração de população e povoamento disperso onde a oferta de transporte coletivo não consegue assegurar as necessidades de mobilidade da população residente. Para além deste facto, a ausência de transportes para pessoas com mobilidade reduzida, incluindo os transportes escolares, foi também identificada pelos parceiros. Nomeadamente, o transporte de alunos com necessidades específicas/mobilidade reduzida é muitas vezes assegurado pelos meios próprios das famílias, seja através de táxis ou utilização de viatura própria.

De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Odemira, os atores locais destacaram como principal problema nesta área de intervenção, a **difículdade de acesso a serviços e ao mercado de trabalho**.



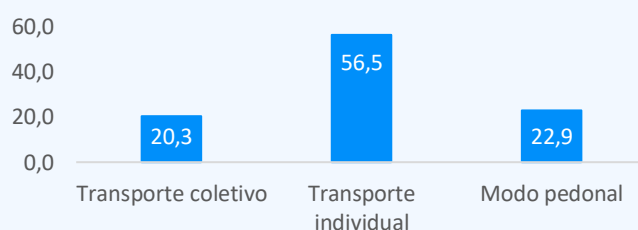
Duração média dos movimentos pendulares

Média global: 17,32 minutos

Média em transporte coletivo: 24,24 minutos

Média em transporte individual: 18,28 minutos

Proporção de população residente empregada ou estudante que utiliza nas deslocações pendulares (%):



Constrangimentos/Problemas e causas identificadas, em sede de Diagnóstico Social de Odemira:

Difículdade de acesso a serviços e ao mercado de trabalho

- Horários e frequência dos transportes desajustados face às necessidades
- Transportes não adaptados a pessoas com mobilidade reduzida
- Percursos não garantem acesso a serviços e ao mercado de trabalho (e cultura)
- Baixa densidade populacional/ Elevada dimensão do território concelhio

3.4. Migrantes

O concelho de Odemira apresenta, na última década, uma tendência de crescimento continuado do seu saldo migratório positivo. Ainda que existam alguns anos, com os de 2016, 2020 e 2022, em que se verifica uma ligeira redução do valor registado relativamente ao ano anterior, esta nunca é suficiente para inverter a tendência de crescimento.

De acordo com a informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a população estrangeira residente no concelho de Odemira tem sido crescente na última década. O número de estrangeiros residentes no concelho, com título de residência, aumentou entre 2011 e 2021, passando de 3160 para 10927, verificando-se um aumento de 246% em 10 anos.

Em 2021, segundo os Censos, residiam no concelho 8.319 indivíduos com nacionalidade estrangeira (correspondendo a 28,16% da população residente no concelho), dos quais 82,9% eram naturais de países de fora da União Europeia.

Os nacionais da Índia e do Nepal são a maioria da população estrangeira residente no concelho de Odemira, 3000 e 2790 indivíduos, respetivamente.

No ano letivo de 2021/2022, registavam-se 788 alunos estrangeiros a frequentar o ensino obrigatório em Odemira, sendo os Agrupamentos de São Teotónio e de Odemira os que apresentam os maiores números de alunos matriculados, nomeadamente, 253 e 249. Relativamente à distribuição destes alunos pelos anos curriculares, verifica-se que a sua presença é mais expressiva no pré-escolar, 1º e 5º ano, nomeadamente 121, 90 e 80 alunos inscritos.



A população estrangeira representava, em 2021, **28,16%** da população residente

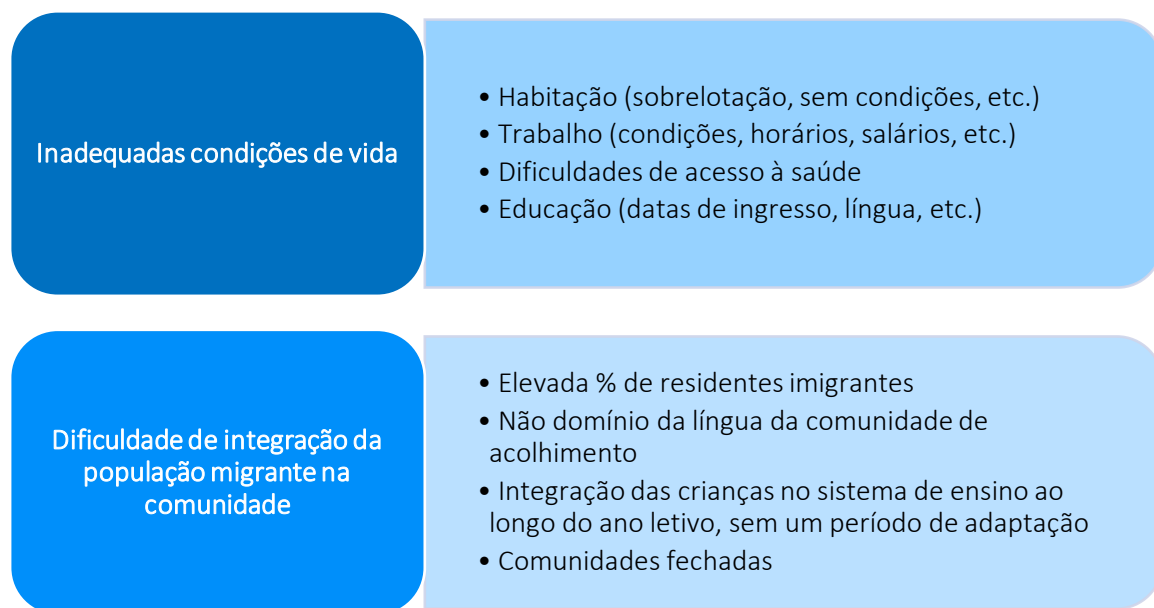
82,9% da população estrangeira tem como país de origem um país de fora da União Europeia, sendo a **Índia e o Nepal** os mais representados

Entre 2011 e 2021, a população estrangeira residente em Odemira, aumentou **246%**

De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Odemira, os atores locais destacaram como principais problemas nesta área de intervenção:

1. Inadequadas condições de vida;
2. Dificuldades da população migrante na sua integração na comunidade.

Constrangimentos/Problemas e causas identificadas, em sede de Diagnóstico Social de Odemira:



3.5. Crianças e Jovens

Nas últimas décadas o número de crianças e jovens tem diminuído a nível nacional e o território de Odemira não é exceção, tendo-se registado um decréscimo percentual da população até aos 14 anos, a qual passou de 13% em 2001 para cerca de 10% em 2021. Ainda assim, a partir de 2017 verificou-se um aumento gradual da população nesta faixa etária.

Dados disponíveis dos 3 últimos anos, permitem identificar que foi no sub-grupo etário dos 5 aos 9 anos o único que registou uma taxa de variação negativa, sendo de -2,6 entre 2020 e 2021 e de -0,1 entre 2021 e 2022. Em sentido oposto, é no grupo de crianças entre os 0 e 4 anos que se registaram as maiores taxas de variação positivas: 8,2 (entre 2020 e 2021); 9,2 (entre 2021 e 2022) e 7,7 (entre 2022 e 2023).

O Índice de Dependência de Jovens tem diminuído gradualmente desde 2011, verificando-se, contudo, um ligeiro crescimento a partir de 2021. No ano 2023, residiam no concelho aproximadamente 15,7 pessoas com menos de 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos). Os valores registados no concelho de Odemira, ao nível do índice de dependência eram em 2001, 2011 e 2021 inferiores aos registados a nível nacional.

Os dados que constam no Diagnóstico Social permitem observar que desde 2019 o volume processual da CPCJ de Odemira tem sido constante, com uma média de cerca de 200 casos por ano. Ao contrário de outros territórios, nos anos em que se registaram os confinamentos por covid-19 o volume processual aumentou ligeiramente, quando comparamos com os anos de 2017 e 2018.

Em 2021, a grande maioria dos processos refere-se a crianças e jovens entre os 15 e os 17 anos, destacando-se situações sinalizadas devido a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança.



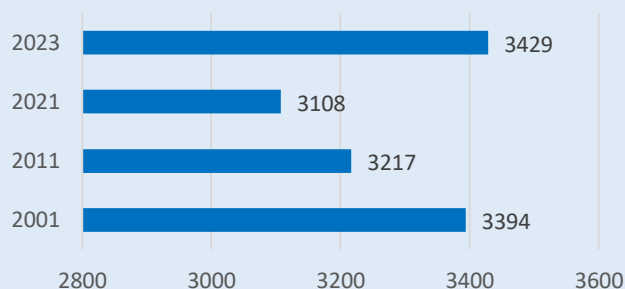
3.429 entre os 0-14 anos em 2023

Representavam **10,54%** do total da população

CPCJ - Problemáticas mais sinalizadas 2021

- Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (74 Casos)
- Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada (44 Casos)

Evolução do nº de residentes até 14 anos no concelho de Odemira entre 2001 e 2023



De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Odemira, os atores sociais destacaram como principal problema nesta área a **existência de crianças e jovens sem acesso a respostas adequadas**.

Constrangimentos/Problemas e causas identificadas, em sede de Diagnóstico Social de Odemira:

Insuficientes respostas
para crianças e jovens

- Insuficientes respostas pós-letivas/ não-letivas para crianças e jovens a partir do 2º ciclo
- Insuficientes espaços de lazer, desenvolvimento artístico e desporto
- Dificuldade de as famílias garantirem o acompanhamento das crianças e jovens
- Aumento dos comportamentos de risco
- Vagas insuficientes em creches

3.6. Pessoas Idosas

Ao nível da intervenção social com pessoas idosas, o **Isolamento Geográfico e Social** desta população foi o que, em sede de Diagnóstico Social, se considerou como problema prioritário a considerar, assim como a **Insuficiente cobertura de respostas sociais** atendendo às necessidades da população.

Em 2023, a população com mais de 65 anos, constituía 22,34% da população do território de Odemira, encontrando-se o concelho em contraciclo com a maioria do território nacional, já que aumentou a população residente e diminuiu a população com mais de 65 anos, entre 2011 e 2021. Em 2023, estimava-se que no concelho residiam aproximadamente 7.267 pessoas com 65 e mais anos de idade.

A insuficiência e a desadequação do nível de serviço associado à rede de transportes – seja ao nível de percursos existentes, horários praticados e condições de acessibilidade adaptada a pessoas com mobilidade reduzida – assume-se, consideram os Atores locais, como fator particularmente penalizador desta categoria populacional, a qual se apresenta genericamente mais dependente do transporte coletivo, sendo tendencialmente portadora de quadros de necessidades mais exigentes em termos de acesso a respostas (equipamentos, serviços e atividades) vocacionadas para a promoção e para o cuidado da sua Saúde física e mental. Note-se, de resto, que em 2021, indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos representavam cerca de 55% dos residentes que, em Odemira, afirmavam sentir *pelo menos uma* dificuldade na prossecução de ações essenciais do quotidiano (6.126 pessoas).

A facilidade e a autonomia na deslocação física pelo território são fatores importantes a considerar no acesso a oportunidades e a recursos de vida, bem como, na promoção da coesão social, influenciando também a *qualidade* da experiência subjetiva que os indivíduos *formam* relativamente à vivência quotidiana do mesmo. Mobilidade física, mobilidade social, desenvolvimento harmonioso e bem-estar dos indivíduos são temas, pois, que se tocam e se influenciam mutuamente.

Aos desafios inerentes às características morfológicas e de povoamento do território, soma-se, o previsível, acréscimo de situações de dependência e demências em grande medida (ainda que não em exclusivo) agravadas pelo envelhecimento populacional e pelo gradual aumento das pessoas a viverem sós. De acordo com os dados da GNR, em 2023, existiam em Odemira 155 idosos a viverem isolados.

As respostas sociais existentes são por isso de enorme importância para assegurar a mitigação e resolução de problemas e necessidades desta população, daí que a insuficiente cobertura territorial, percecionada pelos Atores Locais seja também fonte de preocupação para os mesmos.

Acresce finalmente, a perceção de enfraquecimento das redes familiares de apoio e de suporte da população idosa – fruto tanto da fragilização de condições objetivas (socioeconómicas) de vida das Famílias, como da própria dificuldade de fixação de população em idade ativa no concelho. Neste âmbito, revisita-se aspetos notados a propósito da problemática da Habitação e da Mobilidade no território.

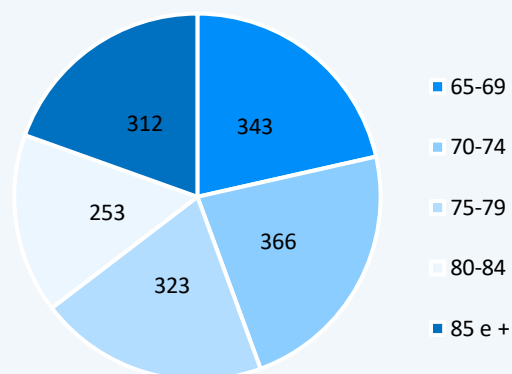


7.267 pessoas com 65 ou + anos (2023)

22,34% % da população residente tem 65 ou +anos

31,18% das famílias monoparentais tem o progenitor com 65 ou +anos

Distribuição por grupo etário



Cf. Diagnóstico Social atualizado para o concelho de Odemira (2024), os Atores sociais destacaram como principais constrangimentos ou problemas e respetivas causas, no domínio das Pessoas Idosas:

1. Isolamento Geográfico e Social;
2. Insuficiente cobertura de respostas sociais.

Constrangimentos/Problemas e causas identificadas, em sede de Diagnóstico Social de Odemira:

Isolamento Geográfico e Social

- Rede de transportes insuficiente
- Baixa densidade populacional
- Inexistente/Fraca rede de suporte familiar

Insuficiente cobertura de respostas sociais

- Capacidade das respostas sociais próximas do limite/ sem vagas
- Território com respostas muito centralizadas para a sua dimensão

3.7. Pessoas com Deficiência

Como referido no Diagnóstico Social de Odemira 2024, a abordagem sobre deficiência e incapacidade adotada depois dos Censos 2001, assume as definições da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). Desta forma, nos Censos 2011 e 2021, a aferição dos tipos de deficiência foi realizada através de questões relacionadas com limitações funcionais (andar ou subir degraus, ver, ouvir, tomar banho ou vestir-se sozinho, memória ou concentração e compreender os outros ou fazer-se compreender). Desta forma, os números recolhidos e apresentados não traduzem, de forma isolada, a população com deficiência, com as suas especificidades, integrando-os no mesmo subgrupo da população residente que, por via da idade e do envelhecimento, apresentam um número crescente de incapacidades.

Em 2011 residiam em Odemira 4.867 pessoas com pelo menos uma dificuldade¹, que representavam 16,48% da população residente. A maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade era do sexo masculino (50,8%), com idade igual ou superior a 70 anos (83,44%). É importante destacar que 589 crianças e jovens (até aos 19 anos) reportaram ter pelo menos uma dificuldade.

A grande maioria das pessoas que reportaram ter muita dificuldade em realizar uma ação, referiram que esta estava relacionada com a mobilidade (ex.: ter muita dificuldade em andar e subir degraus; 1288 pessoas), com a visão (ex.: ter muita dificuldade em ver; 956 pessoas) e com a audição (ex.: ter muita dificuldade em ouvir; 770 pessoas).

As ações que as pessoas mais revelam não conseguir efetuar estão relacionadas com o autocuidado (tomar banho e vestir-se) e com a mobilidade (andar ou subir degraus), onde 405 e 275 pessoas, respetivamente, não conseguem efetuar as referidas ações.

Da totalidade de pessoas (com idade igual ou superior a 15 anos de idade) que reportaram ter pelo menos uma dificuldade, 48,3% declarou como principal meio de vida a reforma/pensão e, 6,9% refere estar a cargo da família (744 pessoas). Este é um dado importante a ter em consideração no âmbito do apoio aos cuidadores informais e à sobrecarga a que estes estão sujeitos.

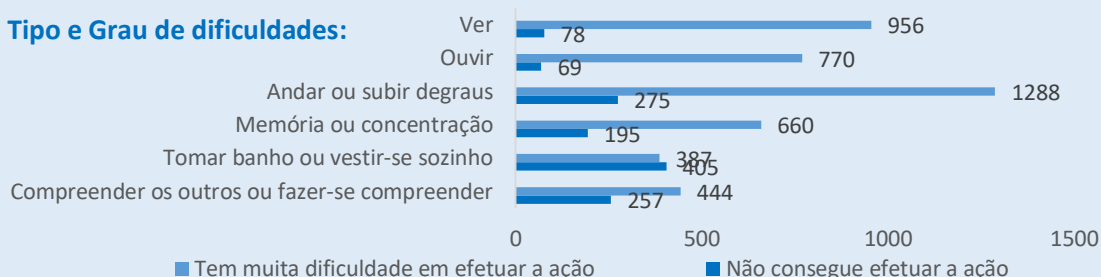
¹ Entende-se por dificuldade / incapacidade, limitações funcionais ao nível da visão, audição, mobilidade e autocuidado e limitações cognitivas no âmbito da memória/concentração e capacidade de expressão e compreensão.



16,5% da população residente refere ter pelo menos 1 dificuldade (2021)



Tipo e Grau de dificuldades:



De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Odemira 2024, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito da Deficiência e/ou Incapacidade:

Acesso a respostas sociais adequadas

Segundo os atores sociais, a **dificuldade de acesso** das pessoas com deficiência e/ou incapacidade (crianças, jovens e adultos) a respostas adequadas às suas necessidades prende-se com o **número insuficiente** de respostas para pessoas com deficiência e doença mental, bem como a inexistência de estruturas e recursos específicos na área da saúde para fazer o acompanhamento clínico e terapêutico de crianças, jovens e adultos com deficiência

A insuficiência de respostas no âmbito da deficiência no concelho promove a integração das pessoas em outras respostas sociais, pouco adaptadas às suas necessidades ou a sua integração em instituições de concelhos vizinhos, o que obriga a deslocações.

Dificuldade de Inclusão de Alunos com deficiência e/ou necessidades educativas especiais

Os atores sociais destacaram as **dificuldades de inclusão adequada de alunos com necessidades educativas especiais e/ou com deficiência**, referindo que as respostas existentes são insuficientes, sem recursos específicos, sendo necessária a valorização e alargamento dos recursos físicos e humanos das respostas existentes, bem como a reestruturação inclusiva de serviços existentes, ofertas de lazer, desportivas e culturais adaptadas a esta população.

Dificuldades de mobilidade e acessibilidade para pessoas com deficiência

Segundo os atores sociais, as **dificuldades de mobilidade e acessibilidade** das pessoas com deficiência e/ou incapacidade resultam sobretudo da existência de barreiras à mobilidade e acessibilidade e da ausência de transportes adaptados.

De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Odemira, os atores locais destacaram como principais problemas nesta área de intervenção:

1. Crianças, jovens e adultos com deficiência, sem acesso a respostas adequadas
2. Dificuldades de inclusão adequada de alunos com necessidades educativas especiais e/ou com deficiência
3. Dificuldades de mobilidade e acessibilidade para pessoas com deficiência

Constrangimentos/Problemas e causas identificadas, em sede de Diagnóstico Social de Odemira:

Crianças, jovens e adultos com deficiência, sem acesso a respostas adequadas	• Insuficientes respostas sociais para pessoas com deficiência e doença mental • Inexistência de estruturas e recursos específicos na área da saúde para fazer o acompanhamento clínico e terapêutico de crianças, jovens e adultos com deficiência
Dificuldade de Inclusão de Alunos com deficiência e/ou necessidades educativas especiais	• Inexistência de estruturas e recursos específicos na área da saúde para fazer o acompanhamento clínico e terapêutico de crianças, jovens e adultos com deficiência
Dificuldades de mobilidade e acessibilidade para pessoas com deficiência	• Existência de barreiras à mobilidade e acessibilidade de pessoas com deficiência • Ausência de transportes para pessoas com mobilidade reduzida (incluindo os transportes escolares)

4. O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Odemira (2025-2029)

O Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Odemira, como componente de um processo que incluiu a atualização do Diagnóstico Social, foi elaborado através da reflexão informada e dos contributos das entidades locais que, integradas na Rede Social e mediante uma abordagem participativa, apontaram linhas estratégicas bem como objetivos, medidas e ações que a curto, médio e longo prazo, irão contribuir para a resolução e/ou mitigação dos problemas identificados como prioritários em termos de intervenção social no concelho.

Importa destacar que estas linhas, objetivos, medidas e ações previstas se encontram enquadradas nas políticas locais, bem como nas estratégias definidas a nível nacional e regional para as áreas de intervenção em questão.

A perspetiva de Desenvolvimento Social subjacente ao Plano encontra fundamento, também, em enunciados políticos que vêm edificando um conjunto de desígnios de vocação universal, favorecedores da sustentabilidade e dignidade de uma convivência *em comum*, pacífica, justa, baseado na defesa dos Direitos Humanos, do bem-estar e da qualidade de vida (Pinto et al, 2010; UN-RIC). Neste âmbito, assume também relevância a atenção conferida aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que concretizem a designada *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015.

Nela se procura mobilizar, recorde-se, esforços em torno de um conjunto de prioridades e aspirações que, tocando dimensões diversas do Desenvolvimento (social, económica e ambiental), “afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo e daqueles que ainda estão para vir” (BSCD Portugal). Correspondendo a esta chamada de responsabilidade, tais prioridades e aspirações, vertidas nos ODS e suas respetivas metas, inspiram e orientam a Rede Social de Odemira no processo de planeamento estratégico que enquadra o presente PDS.

O alinhamento com as atuais orientações estratégicas, em termos de Desenvolvimento Humano e Sustentabilidade, confere ao presente Plano a coerência e garantia de conformidade com uma perspetiva de governança concertada a nível local, regional e nacional, tendo sido consideradas as referências estratégicas nacionais, regionais e locais que a seguir, resumidamente, se mencionam.

Área	Documento	Operacionalização
Migrantes	Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020	Estratégia transversal, assente em 5 eixos prioritários. Destaque para o Eixo 1 – Políticas de integração de imigrantes, que integra a definição de estratégias locais (Plano Municipal para a Integração de Migrantes) e implementação de ferramentas de apoio às políticas locais (Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade).
	Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações	O Pacto Global das Migrações baseia-se em 10 princípios orientadores, que promovem uma visão centrada nas pessoas, a cooperação internacional, a soberania nacional, o Estado de Direito, o desenvolvimento sustentável, o respeito pelos direitos humanos, a igualdade de género, o superior interesse das Crianças e a abordagem holística das migrações, envolvendo todos os níveis da Administração e da sociedade civil. O Plano segue a estrutura de 23 objetivos do Pacto Global das Migrações, de modo a abranger todas as dimensões relevantes do fenómeno migratório. Para cada objetivo, são definidas medidas de implementação, identificando-se os respetivos prazos de execução e as áreas governativas envolvidas. O Plano está concebido como um documento operacional, orientado para resultados práticos e precisos. Os objetivos e as medidas do Plano permitem desenhar uma resposta nacional em matéria de migrações, concertada com os/as parceiros/as internacionais fundamentais. Essa resposta organiza-se em torno de cinco eixos fundamentais: 1- Promoção de migrações seguras, ordenadas e regulares; 2- Melhoria dos processos de organização dos fluxos migratórios e da gestão integrada de fronteiras; 3- Promoção do acolhimento e integração dos/as imigrantes; 4- Apoio à ligação dos/as migrantes ao seu país de origem e aos seus projetos de retorno; 5- Incremento das parcerias para o desenvolvimento com os países de origem e trânsito.
	Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) (em elaboração)	Com 10 Eixos como pistas para ação: 1. Falar e entender português 2. Fazer funcionar e dar a conhecer as respostas públicas para o Acolhimento e Integração de Imigrantes 3. A Educação e as Famílias, chaves para a integração e coesão social 4. Habitação condigna, responsabilidade de todos 5. Trabalho legal, digno e produtor de riqueza partilhada 6. Comunicar melhor, para maior proximidade 7. Conhecer mais, para agir melhor 8. Criar comunidade com um “nós” plural 9. Todo/as Seguro/ as 10. Os imigrantes contribuem
Infância e Juventude	Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024	Encontra-se organizada em 5 pilares: 1) "Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens"; 2) "Apoiar as famílias e a parentalidade";

Área	Documento	Operacionalização
		3) "Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens"; 4) "Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens" e 5) "Promover a produção de instrumentos e de conhecimento científico potenciadores de uma visão global dos direitos das crianças e jovens".
Deficiência	Estratégia Nacional de Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025, publicada a RCM de 31 de agosto de 2021	Encontra-se estruturada em 8 Eixos Estratégicos. A nível local têm enquadramento medidas como "Municípios com selo de território inclusivo", "soluções ao nível municipal para a consolidação de uma política de não institucionalização e de promoção da autonomia" e "criação de Gabinetes Municipais para a Inclusão".
Família	Recomendação (2006) 19 do Comité de Ministros do Conselho da Europa para os Estados-Membros sobre a Política de Apoio à Parentalidade Positiva	Conjunto de recomendações que visam o reconhecimento da natureza essencial das famílias e do papel parental, bem como a necessidade de se criarem as condições necessárias para a parentalidade positiva no interesse superior da criança.
Pobreza	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, publicada a 29/12/2021	Estratégia composta por mais de 270 medidas para reduzir a taxa de risco de pobreza para os 10%, em 2030. Estas medidas estão organizadas em 6 eixos estratégicos: 1) reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias; 2) promover a integração plena dos/as jovens adultos/as na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza; 3) potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza; 4) reforçar as políticas públicas de inclusão social e promover e melhorar a integração societal e a proteção social de pessoas e grupos mais desfavorecidos; 5) assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local e, 6) fazer do combate à pobreza um desígnio nacional.
Igualdade e não discriminação	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação 2018-2030 (Portugal + Igual)	Traduz-se em 3 Planos de Ação (com medidas e metas concretas): 1. Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens; 2. Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; 3. Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais. A nível local, têm enquadramento projetos que promovam a integração da perspetiva da Igualdade entre Mulheres e Homens.
Habituação	Art.º 65º da Constituição da República Portuguesa	Contempla a habitação como <i>direito fundamental</i> , que o Estado deverá assegurar através de "uma política de habitação inserida em planos de reordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social" e do estímulo da "construção privada, com subordinação aos interesses gerais".
	Lei de Bases da Habitação, em vigor desde 2019	Diploma que define que: "[t]odos têm direito à habitação, para si e para a sua família, independentemente da ascendência ou

Área	Documento	Operacionalização
		origem étnica, sexo, língua, território de origem, nacionalidade, religião, crença, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, género, orientação sexual, idade, deficiência ou condição de saúde”.
	Estratégia Local de Habitação	Define a estratégia de intervenção local em matéria de política de habitação. Tem por base um diagnóstico das necessidades existentes relativamente ao acesso à habitação, identificando recursos existentes e define objetivos, metas e ações que permitem colmatá-las. A ELH de Odemira persegue como objetivos estratégicos: 1. Dar resposta às carências habitacionais do território 2. Melhorar a atratividade do ambiente urbano de Odemira 3. Implementar um modelo de governação partilhada da ELH
Saúde	Plano Nacional de Saúde 2030	No PNS 2030, estão definidas como prioridades: Proporcionar a cada criança o melhor começo de vida; Prevenir todas as formas de violência interpessoal; Proteger ativamente as populações que vivem em situação de maior vulnerabilidade; Caminhar na eliminação de todas as mortes preveníveis e prematuras, muito em particular relacionadas com o cancro e as doenças cérebro-cardiovasculares; Preparar o país para responder às emergências em saúde; Garantir a efetiva participação da comunidade; Modernizar o contributo e a extensão das funções da saúde pública; Readequar as competências e a dimensão da força de trabalho em saúde; Identificar capacidades de liderança em saúde global.
	Programa Nacional para a Saúde Mental	É um dos Programas Prioritários da Direção Geral de Saúde, tendo como objetivos: 1. Monitorizar indicadores na área saúde Mental; 2. Aumentar a acessibilidade das perturbações psiquiátricas comuns nos Cuidados de Saúde Primários; 3. Aumentar a qualidade de tratamento das perturbações psiquiátricas nos Cuidados de Saúde Primários; 4. Apoiar a implementação dos Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental; 5. Melhorar a qualidade da continuidade de cuidados, da reabilitação e da reintegração das pessoas com perturbações psiquiátricas, nomeadamente das mais graves e incapacitantes; 6. Dinamizar a aplicação do Plano Nacional de Prevenção do Suicídio; 7. Desenvolver ações de prevenção da doença mental e promoção da saúde mental
	Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2021-2030	Este Plano tem como objetivos gerais: 1. Reforçar a literacia em CAD, dotando o/a cidadão/ã de informação, conhecimento e competências com vista a tomar decisões informadas e gerar comportamentos saudáveis e seguros; 2. Promover a inclusão social e a capacitação para o exercício da cidadania informada das populações mais vulneráveis com CAD; 3. Criar condições do ambiente externo para que haja comportamentos de menor risco/mais saudáveis;

Área	Documento	Operacionalização
		4. Reforçar a equidade e igualdade de acesso a todos os serviços relacionados com CAD, independentemente da condição dos indivíduos (género, idade, etnia, origem, religião, situação judicial, condição social, económica ou outra), em todos os contextos; 5. Garantir a disponibilidade e a qualidade na prestação de serviços relacionados com CAD; 6. Reduzir e gerir os riscos de exposição ao consumo de substâncias psicoativas e a outras práticas potencialmente aditivas, inclusive através de regulação e fiscalização adequadas, mas também através de medidas de proteção social a grupos mais vulneráveis a essa exposição; 7. Aumentar a segurança e diminuir a criminalidade relacionada com o consumo e a oferta ilegal de substâncias psicoativas e com outras práticas potencialmente aditivas; 8. Reforçar a monitorização dos mercados internos e globais e a capacidade para a deteção e o alerta precoces, e acelerar os processos de adaptação da regulação a novas necessidades diagnosticadas; 9. Aprofundar e gerir o conhecimento, promover capacitação dos/as intervenientes/as, divulgar informação e garantir os compromissos internacionais e a representação nacional e desenvolver relações de cooperação em matéria de CAD.

4.1. Eixos estratégicos de intervenção social

O presente Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Odemira (PDS 2025-2029) encontra-se estruturado em **sete eixos estratégicos** os quais refletem as prioridades identificadas no Diagnóstico Social 2024. Desta forma os 3 primeiros eixos estão diretamente relacionados com áreas prioritárias - habitação, saúde e mobilidade – e os 4 seguintes com públicos específicos. Nomeadamente, crianças e jovens, migrantes, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

O tratamento de cada um dos Eixos considerados processa-se tendo em vista **finalidades** consideradas estratégicas na promoção do desenvolvimento social local. Para cada um deles, clarificam-se as **estratégias** e os respetivos **objetivos** a perseguir como meios para as concretizar, bem como as **medidas/ações prioritárias** a desenvolver nesse sentido. Apontam-se ainda os **períodos temporais** de implementação [desenho, aplicação e avaliação] dessas medidas/ações, além das entidades parceiras a envolver na prossecução das mesmas e os respetivos indicadores de execução.

Eixos estratégicos do Plano de Desenvolvimento de Odemira 2025-2029



Eixo 1 – Habitação

O principal constrangimento que afeta o concelho de Odemira no que concerne à Habitação, área temática merecedora de particular destaque em sede de Diagnóstico Social atualizado, em 2024, para o território em causa:

- Dificuldade de acesso à Habitação por parte da população (habitação própria, mercado de arrendamento e habitação a custos controlados).

Os atores locais assumem como finalidade ou desígnio maior do trabalho da Rede Social num domínio considerado prioritário – **promover o acesso a habitação segura, adequada e a preço acessível** – a delimitação da Habitação enquanto *área de intervenção* é um procedimento analítico indissociável do reconhecimento de que a mesma reflete e articula diferentes esferas da realidade socio-territorial, sendo atravessada por dinâmicas que, em certa medida, extravasam a própria capacidade de influência direta da Rede Social. Na consciência desta complexidade, e através do presente Plano, a Rede Social propõe-se do ponto de vista estratégico:

- Promover o acesso à habitação por via da criação de respostas específicas e fomento dos mercados de aquisição e arrendamento.

Importa notar que esta estratégia, bem como a finalidade perseguida no que concerne ao tratamento do *problema* da Habitação no território em causa, responde a desígnios inscritos em documentos referenciais na organização do sistema político nacional. Desde logo, na própria Constituição da República Portuguesa, a qual inclui a Habitação (art.º 65) na esfera dos designados *direitos económicos, sociais e culturais* que assistem às pessoas singulares e coletivas residentes em Portugal. Um reconhecimento complementado pela ainda recente Lei de Bases da Habitação, em vigor desde 2019 e também referencial para o presente Plano, a qual reforça o sentido da *abrangência* deste direito – precisando que “*todos têm direito à habitação, para si e para a sua família, independentemente da ascendência ou origem étnica, sexo, língua, território de origem, nacionalidade, religião, crença, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, género, orientação sexual, idade, deficiência ou condição de saúde*”.

A mesma finalidade afigura-se alinhada, também, com o ODS 11/2030 – *Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis*, nomeadamente no que reporta à realização da meta associada ao “[garante do] acesso de todos a uma Habitação adequada, segura e acessível” em 2030. Espera-se que as medidas e ações constantes no presente PDS, concretizando os objetivos de

aumentar o acesso à Habitação e melhorar as condições de habitabilidade no concelho de Odemira, possam contribuir para a realização dos desígnios civilizacionais referidos.

Eixo 2 – Saúde

A Saúde é uma área indissociável do bem-estar e da qualidade de vida da população, sendo por isso fundamental existir uma estratégia local que contemple medidas que incidam na promoção da saúde e do bem-estar e na prevenção do aparecimento ou agravamento de doenças.

O Plano Nacional de Saúde 2030 é o documento estratégico, que a nível nacional define as diretrizes e metas a alcançar nesta área. O referido Plano defende que é necessário *“investir nos determinantes de saúde e bem-estar, pelo reforço dos fatores protetores da saúde e redução dos fatores de risco, sem deixar ninguém para trás, preservando o planeta e sem comprometer a saúde das gerações futuras”*, e tem como grandes desígnios:

1. Reduzir as desigualdades;
2. Promover o desenvolvimento de comportamentos, culturas e comunidades saudáveis;
3. Minimizar as consequências das alterações climáticas e outros determinantes ambientais na saúde;
4. Reduzir de um modo integrado a carga das doenças transmissíveis e das não transmissíveis;
5. Manter sob controlo os problemas de saúde atualmente já controlados.

Existem ainda diversos documentos estratégicos que enquadram e orientam as intervenções de acordo com áreas mais específicas, nomeadamente o Programa Nacional de Saúde Mental, o Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo e o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências.

Também ao nível dos ODS, esta é uma área de destaque, pretendendo o ODS 3 *Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades*.

Em sede de Diagnóstico Social, o principal problema identificado pelos atores locais é:

- A insuficiência das respostas face às necessidades existentes.

No âmbito do PDS de Odemira, pretende-se estrategicamente:

- Melhorar o acesso a cuidados de saúde, centrado nos cuidados primários, especialidades e saúde mental através do alargamento e criação de respostas adequadas;
- Influenciar a melhoria da saúde da população através da promoção de comportamentos individuais saudáveis.

Desta forma pretende-se uma atuação preventiva e simultaneamente corretiva das fragilidades identificadas ao nível da saúde no concelho de Odemira.

Eixo 3 – Mobilidade

O Eixo 3 do PDS de Odemira decorre diretamente de uma das áreas prioritárias definidas em sede do Diagnóstico Social, a mobilidade, a qual apresenta um carácter transversal relativamente aos restantes eixos, na medida em que é um elemento que influencia diretamente o acesso a serviços e direitos como a saúde, a educação, o emprego e a cultura. A ausência de infraestruturas de transporte eficazes e eficientes pode assim agravar desigualdades sociais e perpetuar contextos de exclusão.

A mobilidade é crucial para crianças, idosos, pessoas com deficiência, e outros grupos que frequentemente se deparam com dificuldades no acesso a serviços e espaços do território. Neste sentido, investir numa mobilidade inclusiva e acessível pode potenciar a participação positiva e regular daqueles grupos nas dinâmicas económicas e culturais da comunidade.

A mobilidade impacta ainda na qualidade de vida e saúde pública, na medida em que reduzir o tempo gasto em deslocações e a utilização de veículos individuais, contribui para minimizar a emissão de gases nocivos para o ambiente.

O principal problema identificado neste âmbito foi:

- A dificuldade de acesso a serviços e ao mercado de trabalho.

Existindo o compromisso, entre parceiros no CLAS de Odemira de, nos próximos anos:

- Melhorar a mobilidade no concelho através da reestruturação da oferta de transportes, ao nível dos circuitos disponíveis e da adequação dos meios às necessidades específicas dos diversos grupos da população;
- E fomentar a utilização de meios de mobilidade sustentáveis através de um aumento da oferta de circuitos e da melhoria do acesso a meios de transporte adequados.

Procurando-se assim melhorar, tornar mais acessível e diversificar a oferta de recursos disponíveis para as deslocações da população no território.

Eixo 4 – Migrantes

No quarto eixo do atual Plano de Desenvolvimento Social, surgem os objetivos e medidas para uma integração positiva dos migrantes que residem no concelho e, por essa via, uma maior coesão social no território.

Num concelho como o de Odemira, onde os residentes estrangeiros ocupam um papel relevante na estrutura demográfica, existe já um histórico significativo de intervenção e priorização de estratégias que promovem a integração social e procuram garantir que todos os indivíduos, independentemente da sua nacionalidade ou naturalidade, tenham acesso às oportunidades e direitos fundamentais.

Os imigrantes enfrentam amiúde desafios específicos relacionados com as exigências da adaptação cultural, barreiras linguísticas, dificuldades no acesso a serviços públicos e discriminação. É por isso fundamental que as políticas públicas constituam meios para superar estes obstáculos e garantir que os imigrantes se integrem na comunidade, contribuindo para a sua diversidade cultural.

Os imigrantes desempenham ainda um papel relevante no desenvolvimento económico do território e na moderação da tendência de envelhecimento da estrutura etária do concelho.

A inclusão deste eixo no presente Plano, centra-se na importância de garantia de direitos humanos e solidariedade. As relações positivas com pessoas de diferentes culturas e origens enriquece uma comunidade, promovendo a troca de conhecimentos, a inovação e o respeito mútuo, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

Salienta-se ainda o facto de que a implementação das estratégias incluídas no presente eixo deverá ser devidamente articulada com a implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Odemira.

Os principais problemas identificados neste âmbito foram:

- A existência de condições de vida inadequadas entre a população migrante;
- Dificuldade de integração da população migrante na comunidade.

Existindo o compromisso, entre parceiros no CLAS de Odemira de, nos próximos anos:

- Promover a integração da população migrante residente através de um conjunto transversal de processos facilitadores do acesso a direitos.

Eixo 5 – Crianças e Jovens

As crianças e os jovens enfrentam desafios específicos, como a vulnerabilidade à violência, o risco de exclusão social, a desigualdade de acesso a serviços essenciais e o impacto de questões familiares e sociais. Nesse contexto, importa proteger os seus direitos fundamentais. A atuação em áreas como a prevenção de situações de negligência, o apoio psicológico e emocional, a promoção de programas de capacitação e cidadania, e a promoção da inserção profissional dos jovens, contribui para que crianças e jovens possam ter um futuro mais digno e igualitário, livre dos constrangimentos que frequentemente limitam seu potencial.

A infância e juventude são também fases de construção de identidade e de envolvimento com a comunidade. Nesta medida, a promoção de espaços de participação ativa, de cidadania e de diálogo é essencial para que os jovens se sintam parte do processo de transformação social. Ao garantir que tenham acesso a oportunidades para se expressar e envolver em questões comunitárias, contribui-se para a formação de cidadãos conscientes e com níveis positivos de participação cívica.

O principal problema identificado neste âmbito foi:

- Insuficientes respostas para crianças e jovens.

Existindo o compromisso, entre parceiros no CLAS de Odemira de, nos próximos anos:

- Garantir respostas adequadas às diferentes necessidades das crianças e jovens.

Eixo 6 – Pessoas Idosas

O aumento da esperança média de vida e o envelhecimento progressivo da população têm transformado transversalmente a estrutura demográfica dos concelhos do país. Esse cenário traz consigo a necessidade de desenvolver políticas públicas que promovam a inclusão, o bem-estar e a autonomia das pessoas idosas, reconhecendo-as como sujeitos ativos e fundamentais para o desenvolvimento social e económico de um território.

O envelhecimento saudável é um direito humano e uma prioridade para o desenvolvimento sustentável, como destacado na Agenda 2030 das Nações Unidas. No entanto, as pessoas idosas frequentemente enfrentam desafios como acesso limitado a serviços de saúde especializados, condições inadequadas de habitação e isolamento social. Esses fatores podem comprometer de forma significativa a sua qualidade de vida e intensificar as suas vulnerabilidades.

Esse eixo aborda questões como o fortalecimento das redes de cuidado, a promoção do envelhecimento ativo e a ampliação do acesso a atividades culturais, educacionais e de lazer. Reforçando-se assim o compromisso de construir uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária, que valorize a participação das pessoas idosas e assegure que possam viver com dignidade, segurança e bem-estar.

O principal problema identificado neste âmbito foi:

- Isolamento social das pessoas idosas.

Existindo o compromisso, entre parceiros no CLAS de Odemira de, nos próximos anos:

- Promover a autonomia da população idosa através de respostas adequadas às necessidades dos idosos e maior envolvimento de parceiros e atores locais.

Eixo 7 – Pessoas com Deficiência

O eixo de intervenção dedicado às pessoas com deficiência é fundamental para promover a inclusão, a equidade e o respeito pelos direitos humanos.

A deficiência, seja ela física, intelectual ou múltipla, deve ser foco da intervenção planeada, não apenas para assegurar a acessibilidade física, mas também para garantir a plena participação destas pessoas na sociedade, seja ao nível educacional, profissional ou qualquer outro. A inclusão dessas pessoas no desenvolvimento de um território reflete o compromisso com a dignidade humana e com a eliminação de barreiras que limitam sua autonomia, qualidade de vida e acesso a direitos.

As pessoas com deficiência representam uma parte importante da população, o que torna imprescindível que políticas públicas atendam às suas necessidades específicas, oferecendo condições adequadas para seu pleno desenvolvimento. Investindo-se no bem-estar desta população, contribuindo

para uma sociedade mais justa, onde a diversidade é valorizada e todas as pessoas têm a oportunidade de alcançar seu potencial.

A implementação de medidas focadas nas pessoas com deficiência promove o reconhecimento da sua cidadania plena, assegurando a igualdade de oportunidades e a eliminação de estigmas e preconceitos. Sendo reconhecidos como cidadãos ativos, com direitos e deveres, e não como alguém à margem dos processos de desenvolvimento social.

Nesse contexto, os principais problemas identificados neste âmbito foram:

- Crianças, jovens e adultos com deficiência, sem acesso a respostas adequadas;
- Dificuldades de inclusão adequada de alunos com necessidades educativas especiais e/ou com deficiência;
- Dificuldades de mobilidade e acessibilidade para pessoas com deficiência.

Existindo o compromisso, entre parceiros no CLAS de Odemira de, nos próximos anos:

- Garantir a equidade no acesso a serviços e direitos às pessoas com deficiência, através de respostas adequadas às suas necessidades.

4.2. Matrizes de Planeamento

Eixo 1 – Habitação

Finalidade: Promover o acesso a habitação segura, adequada e a preço acessível

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Promover o acesso à habitação por via da criação de respostas específicas e fomento dos mercados de aquisição e arrendamento	Promover o acesso facilitado a habitação para públicos específicos	Criação de bolsa de alojamento para profissionais deslocados	Município de Odemira	2025-29
		Alargamento dos mecanismos financeiros de apoio ao arrendamento, inclusive para profissionais deslocados	Município de Odemira	2025-29
		Melhoria das condições habitacionais e eficiência energética de famílias vulneráveis através de Programa Municipal de Melhorias Habitacionais e parcerias;	Município de Odemira	2025-29
		Criação de um programa de apoio à reabilitação de imóveis privados que se encontrem devolutos para posterior colocação no mercado de arrendamento acessível	Município de Odemira	2025-29
	Aumentar a oferta habitacional no mercado	Aumento de habitação a custos controlados	Município de Odemira	2025-29
		Promoção do mercado de arrendamento, diminuindo os impostos dos imóveis disponíveis e/ou reabilitados para arrendamento em ARU	Município de Odemira	2025-29
		Agravamento do IMI para imóveis devolutos	Município de Odemira	2025-29
		Reforço do parque habitacional municipal	Município de Odemira	2025-29

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
		Ações de informação e sensibilização sobre as medidas existentes (para a reabilitação urbana)	Município de Odemira	2025-29
		Constituição de uma Cooperativa de habitação de jovens (dec.-lei nº502/99)	Município de Odemira Associações de Desenvolvimento Local IHRU	2025-29
		Alienação de Habitações Construídas pelo Município	Município de Odemira	2025-29
		Reforço do número de terrenos disponíveis para a construção de habitação	Município de Odemira	2025-29

Contributo para:

ODS 1 - Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

1

ERRADICAR A POBREZA



Meta:

1.4 - Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, à herança, aos recursos naturais, às novas tecnologias e aos serviços financeiros, incluindo microfinanciamento.

ODS 11 - Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

11

CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Meta:

11.1 - Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, e melhorar as condições nos bairros de lata

Eixo 2 – Saúde

Finalidade: Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar da população

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Melhorar o acesso a cuidados de saúde, centrado nos cuidados primários, especialidades e saúde mental através do alargamento e criação de respostas adequadas	Garantir o acesso a cuidados de saúde	Contratação de médicos de família (prestação de serviços) para utentes sem médico de família	ULSLA	2025-2029
		Contratação de Enfermeiros de de Saúde materno-infantil	ULSLA	2025-2029
		Descentralizar os cuidados de saúde, nomeadamente de especialidades mais necessárias nas diferentes unidades funcionais e seus polos (incluir saúde materna e infantil)	ULSLA	2025-2029
		Apoio aos processos de reconhecimento de habilitações académicas dos migrantes, nomeadamente da área da saúde	Município de Odemira Centros Qualifica	2026-2029
		Criação de serviço ambulatorio em medicina física e de reabilitação para situações crónicas (ex. paralisia cerebral, condições neurológicas degenerativas, etc)	ULSLA	2025-2029
	Promover o acesso a cuidados de saúde ao nível da doença mental	Reforçar Equipa Multidisciplinar Promotora da Saúde e do Bem-Estar com atuação descentralizada	ULSLA	2025-2027
		Criação de Fórum Sócio Ocupacional	IPSS	2025-2029
		Criação de respostas experimentais/ inovadoras ao nível da saúde mental (exemplo: prescrição cultural/social; projeto Sublimar - APCO)	APCO Município de Odemira ULSLA Outros parceiros do território	2025-2029

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Influenciar a melhoria da saúde da população através da promoção de comportamentos individuais saudáveis	Promover hábitos de vida saudável e reduzir comportamentos de risco	Ações de sensibilização à comunidade educativa (alunos e encarregados de educação), profissionais das diferentes áreas, comunidade migrante, nomeadamente ao nível do consumo de substâncias -álcool e drogas e da adição sem substâncias	TAIPA, CrI Município de Odemira ULSLA Outros parceiros do território	2025-2027
		Sensibilização e controlo junto de pontos de venda de álcool e tabaco, para o cumprimento da lei	TAIPA, CrI Município de Odemira GNR ASAE	2026-2027
		Criação de Comunidade Terapêutica	IPSS ULSLA ISS	2025-2029
		Ações de sensibilização à comunidade ao nível de alimentação saudável, prática desportiva, etc	Município de Odemira ULSLA TAIPA, CrI	2025-2029
		Programa de educação para a sexualidade para jovens (incluindo comunidade migrante e pessoas com deficiência)	ULSLA Município de Odemira TAIPA, CrI Agrupamentos de Escolas	2025-2029
		Reforço e alargamento de projetos de promoção da saúde e prevenção da doença para a comunidade em geral	Município de Odemira ULSLA Juntas de Freguesia TAIPA, CrI Outros parceiros do território	2025-2029

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Contributo para: ODS 3 - Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades Metas:  3.4 - Até 2030, reduzir num terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar 3.5 - Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e o uso nocivo do álcool 3.7 - Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planeamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais 3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis ODS 5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas  Metas: 5.4 – Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestruturas e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais 5.6 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos (...)				

Eixo 3 – Mobilidade

Finalidade: Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Melhorar a mobilidade no concelho através da reestruturação da oferta de transportes, ao nível dos circuitos disponíveis e da adequação dos meios às necessidades específicas dos diversos grupos da população	Melhorar a rede de transportes tornando-a ajustada às necessidades do território	Testar novos modelos de mobilidade (EX: dar resposta às ligações a estações ferroviárias (Funcheira/Sabóia)	Município de Odemira AHSA Outros parceiros do território	2025-2029
		Elaborar Estudo global de mobilidade do território para responder às diferentes necessidades e especificidades do território (circuitos e horários, dimensão dos transportes, novos modelos de mobilidade, adequação dos horários à frequência de atividades lúdico-desportivas e acesso a serviços, movimentos pendulares, etc)	Município de Odemira	2025-2027
		"Adequação da dimensão dos autocarros às caraterísticas dos circuitos (utilização de minibus - experiência piloto)	Empresas de Transportes Município de Odemira	2025-2029
	Garantir transporte adequado à população com mobilidade reduzida	Sensibilizar para a criação de serviço/ resposta de transporte adaptado a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (ex: táxi adaptado)	GT/ CLASO Deficiência	2025-2029
Fomentar a utilização de meios de mobilidade sustentáveis através de um aumento da oferta de circuitos e da melhoria do acesso a meios de transporte adequados	Promover a mobilidade sustentável	Reforço das ciclovias (trajetos, circuitos...) com condições de segurança para os seus utilizadores	Município de Odemira	2025-2029
		Melhoria das vias pedonais (incluindo projeto piloto Metrominuto - placas indicativas do tempo de deslocação, a pé, entre pontos de referência)	Município de Odemira	2025-2029
		Realização de ações de sensibilização e informação para a redução de utilização de veículo particular/individual	Município de Odemira	2025-2029
		Desenvolvimento de app para facilitar a utilização de rede de transportes públicos e partilhados	Município de Odemira	2025-2029

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
		Projeto piloto de bicicletas urbanas	Município de Odemira	2026-2027
Contributo para: ODS 11 - Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis  Metas: 11.2 - Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos 11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência				

Eixo 4 – Migrantes

Finalidades: Assegurar a integração da população migrante

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Promover a integração da população migrante residente através de um conjunto transversal de processos facilitadores do acesso a direitos	Garantir acesso à habitação com condições básicas de habitabilidade	Mapeamento de situações de sobrelotação e situações de insalubridade em habitações	Estrutura Multi organizacional: Município de Odemira, GNR, ULSLA e ISS	2025-2029
		Desenvolvimento de ações para responder às situações de sobrelotação e insalubridade identificadas (ex: aumento da fiscalização)	Estrutura Multi organizacional: Município de Odemira, GNR, ULSLA e ISS	2025-2029
		Sensibilização de proprietários de imóveis para condições a oferecer	Comissão Local para a Interculturalidade	2025-2029
	Facilitar o acesso a direitos, serviços e dinâmicas da comunidade	Alargamento do acesso às ações de PLA e/ou ações que permitam a aprendizagem formal, não formal e informal de português	Comissão Local para a Interculturalidade Município de Odemira TAIPA, CrI IEFP Agrupamento de Escolas de S. Teotónio Escola Profissional de Odemira	2025-2029
		Implementação de programa prévio à integração das crianças no sistema de ensino - ano '0'	Agrupamentos de Escolas Município de Odemira	2025-2029

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
		Criação de equipa(s) multidisciplinar(es) dentro das escolas (mediadores, psicólogos, assistentes sociais...)	Município de Odemira	2025-2027
		Formação a profissionais que trabalham diretamente com população migrante (incluindo língua inglesa)	Comissão Local para a Interculturalidade	2025-2029
		Instalação de sistemas de inteligência artificial para tradução simultânea (em serviços como seg. social, finanças, câmara, escolas...)	Município de Odemira	2026-2028
		Identificação da(s) necessidade(s) de mediador(es) e respetiva contratação	Município de Odemira TAIPA, CrI	2025-2029
		Promoção da integração através da participação conjunta da população residente (autóctone e imigrante) em atividades coletivas (ex. atividades desportivas, culturais e de sensibilização em várias áreas, etc.)	Município de Odemira TAIPA, CRL Agrupamento de Escolas	2025-2029
		Integrar jovens migrantes em programas de voluntariado e mentoria	Município de Odemira	2025-2029
		Criação de Provedor para a área da Migração	Município de Odemira	2025-2029
	Promover a integração da população migrante e de outros grupos vulneráveis através do acesso ao emprego	Implementar ações diversas que visem capacitar para a procura ativa de emprego; sensibilizar para a as medidas ativas de emprego e oportunidade de inserção profissional; apoio à criação do próprio emprego; sensibilizar e encaminhar desempregados para oferta formativa, sensibilizar entidades empregadoras e integrar cidadãos migrantes em Contratos CEI	Município de Odemira IEFP Centros Qualifica Taipa, CrI	2025-2029
	Aumentar/ reconhecer as competências profissionais da comunidade migrante	Programa de Apoio ao Reconhecimento e Validação de Competências escolares e profissionais e à conceção de equivalência de habilitações estrangeiras	Centros Qualifica Município de Odemira	2025-2029
	Potenciar a integração e reduzir o potencial de	Ações de informação e sensibilização junto da comunidade migrante relativamente a normas sociais e sobre direitos e deveres.	Município de Odemira TAIPA, CrI	2025-2029

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
	discriminação na relação com a sociedade de acolhimento	Ações de sensibilização junto da comunidade de acolhimento para desconstrução de estereótipos e crenças não suportadas na realidade.	Município de Odemira	2025-2029
Contributo para: ODS 10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países Metas: 10.2 - Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, incapacidade, etnia, origem, religião, condição económica ou outra 10.3 - Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito 10.7 - Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis Metas: 16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais				

Eixo 5 – Crianças e Jovens

Finalidade: Promover um saudável crescimento das crianças e jovens

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Garantir respostas adequadas às diferentes necessidades das crianças e jovens	Aumentar as respostas existentes nos períodos pós letivos/ não letivos para crianças e jovens	Dinamização de Campos de Férias (Inclusivos)	CMO CAUTCHÚ TICTAC FUNDAÇÃO CERRO JUNTAS DE FREGUESIA	2025-2029
		Alargamento do 'Mexe-te Ojovem' (a todos os períodos de férias)	Município de Odemira Juntas de Freguesia Outros parceiros do território	2026-2029
		Alargamento do horário dos apoios pós-letivos	Município de Odemira	2025-2029
		Promoção da oferta existente ao nível de atividades, ajustadas às faixas etárias e que incluam alunos até ao secundário	CMO NDCO CAUTCHÚ	2025-2029
		Promoção de espaços públicos multifuncionais que incentivem a prática desportiva, a prática de atividades lúdico-pedagógicas, incentivando melhores hábitos de vida	Município de Odemira	2025-2029
	Aumentar as respostas sociais existentes para crianças até aos seis anos	Aumento do nº de vagas existentes em Creches	Segurança Social IPSS	2025-2029
		Aumento do nº de vagas em Jardim de Infância	Município de Odemira Agrupamentos de escolas	2025-2029

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
	Garantir respostas adequadas para alunos com NEE	Implementação de rede de Amas/ Creche Familiar	IPSS Município de Odemira	2025-2029
		Criação de uma equipa multidisciplinar para acompanhamento destes alunos e suas famílias	Município de Odemira Agrupamentos de escolas	2025-2027
		Formação de pessoal docente e não docente para a intervenção especializada com alunos com NEE	Município de Odemira Agrupamentos de Escolas	2025-2027
		Aumentar o número de técnicos de apoio às crianças e jovens com NEE nas escolas	Município de Odemira Agrupamentos de Escolas	2025-2027
		Capacitar os ATL de recursos humanos adequados à integração de crianças com NEE	IPSS com resposta de ATL	2025-2029
	Diminuir as situações de risco ou perigo em crianças e jovens, promovendo a sua integração na comunidade	Capacitação e reforço da CPCJ com vista a uma maior eficácia da sua intervenção	CPCJ	2025-2029
		Implementação do CAFAP no território concelhio	Segurança Social IPSS Município e Odemira	2025-2029
		Implementação de projetos que: mobilizem as crianças, jovens e famílias para a promoção de estilos de vida saudáveis e a integração na comunidade; promovam o envolvimento e a participação dos jovens alunos na comunidade escolar; capacitem os encarregados de educação; garantam o acesso das crianças e jovens à informação e conhecimento sobre os seus direitos e promovam o associativismo.	Município de Odemira TAIPA, CrI Agrupamentos de Escolas TIC TAC	n.d.
		Aumentar a regularidade da intervenção da escola segura	GNR	2025-2029

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
			Agrupamentos de escolas	
		Promoção de ações de informação que visem a consciência coletiva dos contextos de emergência social	Município de Odemira/Agrupamento de Escolas de Odemira	2025-2029
	Melhorar as condições de vida dos agregados familiares vulneráveis.	Dinamização do Núcleo Local de Garantia para a Infância	Município de Odemira Entidades que compõem o Núcleo	2025-2029
		Implementar o Programa 1000 dias	Município de Odemira ULSLA CPCJ	2025-2029
		Realizar atendimento e acompanhamento social descentralizado a famílias vulneráveis.	Município de Odemira	2025-2029
		Implementar modelos de intervenção junto das famílias que promovam e fortaleçam as competências pessoais, parentais e sociais	Município de Odemira ULSLA Agrupamentos de Escolas TAIPA, CrI	2025-2029
	Promover a inserção profissional dos jovens	Implementar ações que visem capacitar para a procura ativa de emprego; apoio à criação do próprio emprego; sensibilizar para as medidas ativas de emprego e oportunidades de inserção profissional	Município de Odemira IEFP TAIPA, CrI	2025-2029

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Contributo para: ODS 4 - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos				
 Metas: 4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário, que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, conduzindo a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes 4.2 - Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo a que estejam preparados para o ensino primário				
ODS 1 - Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares				
 Metas: 1.4 - Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, à herança, aos recursos naturais, às novas tecnologias e aos serviços financeiros, incluindo microfinanciamento				
ODS 8 - Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos				
 Metas: 8.6 - Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens não empregados que não estão em educação ou formação				

Eixo 6 – Pessoas Idosas

Finalidade: Promover a autonomia das pessoas idosas

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Promover a autonomia da população idosa através de respostas adequadas às necessidades dos idosos e maior envolvimento de parceiros e atores locais	Diminuir o isolamento geográfico e social	Projeto Piloto SAD Inovador	Município de Odemira IPSS ISS	2025-2029
		Projeto Piloto Centro de Dia Inovador	Município de Odemira IPSS ISS	2025-2029
		Criação de novos projetos de voluntariado dirigidos à população idosa, no âmbito do Banco Local de Voluntariado de Odemira	Município de Odemira Entidades do CLASO (incluindo empresas)	2025-2029
		Implementação de serviço de teleassistência	Município de Odemira ULSLA	2025-2029
		Criação de novos polos da Universidade Sénior e/ou de projetos locais dirigidos à população idosa, como respostas ajustadas aos interesses dos idosos, que proporcionem uma aprendizagem ao longo da vida	Município de Odemira Juntas de Freguesia Associações IPSS TAIPA, CrI	2025-2029
	Aumentar a idade média da institucionalização dos idosos	Divulgação e facilitação do acesso à medida 'Cuidador Informal'	Município de Odemira UCSP Odemira Segurança Social TAIPA, CrI	2025-2029
		Criação de residência autónoma para pessoas que carecem apenas de vigilância	Segurança Social IPSS Município de Odemira	2025-2029

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
		Criação de rede de cuidadores (formais) para pessoas idosas que não têm resposta social ou 'pré-institucionalização'	TAIPA UCSP Odemira Segurança Social	2025-2029
		Criação de Centro de Noite	IPSS Segurança Social	2025-2029
		Ampliar a resposta de ERPI no concelho	IPSS Segurança Social	2025-2029
Contributo para: ODS 10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países  Metas: 10.2 - Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, incapacidade, etnia, origem, religião, condição económica ou outra				

Eixo 7 – Pessoas com Deficiência

Finalidade: Assegurar a integração da população com deficiência

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
Garantir a equidade no acesso a serviços e direitos às pessoas com deficiência, através de respostas adequadas às suas necessidades	Integrar no mercado de trabalho pessoas com deficiência	Identificação de pessoas com deficiência em situação de procura de emprego e suas competências/perfil	Município e Odemira /GIP APCO TAIPA, CrI IEFP Juntas de Freguesia	2025-2029
		Sensibilização de empregadores para a integração de trabalhadores com deficiência	Município de Odemira/GIP APCO IEFP Juntas de Freguesia	2025-2029
		Identificação de entidades empregadoras e suas necessidades para empregabilidade de pessoas com deficiência	GT /CLASO Deficiência	2025-2029
		Criação de cursos profissionais adequados às pessoas com deficiência de acordo com as necessidades identificadas junto das entidades empregadoras	Município de Odemira/GIP IEFP TAIPA, CRL	2025-2029
	Promover a mobilidade e acessibilidade a serviços	Sensibilizar para a criação de serviço/ resposta de transporte adaptado a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (ex: táxi adaptado)	GT /CLASO Deficiência	2025-2029
		Requalificação do espaço urbano e serviços públicos por forma a estarem acessíveis a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (barreiras arquitetónicas)	Município de Odemira	2025-2029
		Avaliação da possibilidade de implementação da resposta Assistência Pessoal para pessoas com deficiência (Modelo de Apoio à Vida Independente - Portaria n.º 415/2023)	GT /CLASO Deficiência	2025-2029

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
	Garantir respostas adequadas às necessidades das pessoas com deficiência	Promoção da prática de desporto adaptado e/ou inclusivo (Ex: divulgação e aumento da oferta existente, criação de apoios e incentivos)	Município de Odemira	2025-2029
		Avaliar a necessidade de criação de serviço de apoio às famílias/ cuidadores informais de pessoas com deficiência	GT /CLASO Deficiência ISS	2025-2029
		Aumento da capacidade de resposta em Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, Intervenção Precoce e Centro de Recursos para a Inclusão	APCO ISS ME ULSLA	2025-2029
		Criação de residências autónomas para pessoas com deficiência	APCO Município de Odemira ISS	2025-2029
		Promoção de resposta concertada na saúde para o acompanhamento da deficiência ao longo da vida	ULSLA APCO	2025-2029
		Criação de Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)	APCO ISS	2025-2029
	Sensibilizar para a importância da inclusão e da não discriminação das pessoas com deficiência	Realização de ações de informação e sensibilização sobre os temas da deficiência e/ou incapacidade	Município de Odemira APCO Agrupamentos de Escolas	2025-2029
Contributo para: ODS 10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países  Metas: 10.2 - Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, incapacidade, etnia, origem, religião, condição económica ou outra				

Estratégia	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização
ODS 11 - Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis  Metas: 11.2 - Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos 11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência				

5. Implementação e Avaliação do PDS

5.1. Implementação do PDS do Concelho de Odemira

O presente PDS resulta de uma definição conjunta de eixos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local, refletindo assim uma visão integrada e perspectivando uma intervenção concertada no âmbito da intervenção social no concelho de Odemira.

Nesta perspetiva, o PDS pretende servir de enquadramento e orientação às diversas intervenções promotoras de desenvolvimento social, quer no âmbito da operacionalização do Plano pelo CLAS ou fora dele, procurando vincular iniciativas dos diversos atores com papel relevante no desenvolvimento social do concelho. Com este fim, torna-se imperativo a elaboração de planos de ação, enquanto etapa chave para a operacionalização do PDS, através da implementação de programas, medidas, projetos ou ações, de âmbito mais restrito, sempre em linha com as estratégias e objetivos definidos no presente documento.

A definição de prioridades nas ações propostas e a integrar nos planos de ação deverão resultar de processos de planeamento negociado entre as entidades parceiras envolvidas, e de tomada de decisão partilhada entre estas.

Um plano de ação deve contemplar:

- ▶ Definição de atividades e tarefas;
- ▶ Identificação de atribuições de cada entidade envolvida e das pessoas responsáveis em cada entidade pela execução das tarefas;
- ▶ Identificação geográfica das atividades (territórios);
- ▶ Definição de calendário associado às atividades definidas;
- ▶ Definição dos recursos que são necessários mobilizar e dos métodos a utilizar nas diversas intervenções.

Ainda no âmbito do planeamento estratégico, é fundamental prever, enquanto etapas do planeamento, a **monitorização** e **avaliação** da implementação do PDS, num processo que se pretende dinâmico.

Figura 2 – Etapas do Planeamento Estratégico



Oportunidades e desafios à implementação do PDS

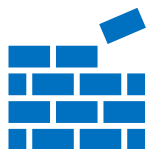
O PDS é um instrumento enquadrado num processo de planeamento estratégico vocacionado para prevenir, atenuar ou erradicar situações que comprometem o Desenvolvimento Social, através do trabalho de cooperação e parceria estabelecido entre entidades e organizações atuantes num determinado contexto local – neste caso, o concelho de Odemira.

Ao longo deste processo, e com base nas prioridades de intervenção definidas em sede de DS, a reflexão e o debate franco estabelecido entre os atores locais fez emergir um conjunto de aspetos identificados como **oportunidades** e como **desafios** que, seguidamente enunciados, respetivamente favorecem e constroem a implementação deste instrumento.



Oportunidades:

- Possibilidade de desenvolver uma ação concertada e integrada no âmbito do desenvolvimento social no concelho;
- Planeamento integrado, tendo em conta todas as dimensões dos problemas identificados em diagnóstico;
- Reforço das redes de parceria existentes e estabelecimento de novas parcerias relevantes;
- Potenciar e ampliar a intervenção já realizada pelas instituições a nível local;
- Planeamento estratégico já existente em alguns domínios de atuação prioritária, podendo o PDS reforçar a sua divulgação e implementação através das parcerias estabelecidas e reforçadas;
- Possibilidade de alargamento/qualificação de respostas já existentes;
- Existência, no período de vigência do atual PDS, de linhas de financiamento para iniciativas associadas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) (até 2026) e Portugal 2030;
- Consolidação da presença do Município em entidades supramunicipais reconhecidas, potenciando ganhos de escala e incremento de poder negocial em alguns âmbitos de intervenção;
- Potenciar a experiência concelhia na implementação de iniciativas descentralizadas e itinerantes em domínios de intervenção e ação social.



Desafios:

- Existência de processos demasiado burocratizados que podem interferir com a implementação de ações em tempo útil;
- Comprometimento com o PDS e a possível resistência à mudança por parte das entidades (públicas e privadas);
- Disponibilidade de recursos eficientes e suficientes para garantir a resposta atempada a oportunidades de financiamento e apoio;
- Disponibilização de recursos por parte das entidades (humanos, logísticos, financeiros);
- Legislação nem sempre alinhada com as necessidades locais;
- Questões de poder e protagonismo que prejudiquem a ação concertada;
- Complexa arquitetura institucional associada a níveis supramunicipais de decisão sobre aspetos ligados à intervenção e ação social;
- Cativar para Rede Social novos parceiros, com âmbitos de atuação estratégicos para a promoção do desenvolvimento social local;
- Motivar a população para a prática do voluntariado, componente útil na concretização de iniciativas associadas à intervenção e ação social;
- Aumentar as respostas em alguns domínios de intervenção e ação social;
- Preenchimento de quadros e fixação no território de técnicos especializados em algumas áreas;
- Existência de diferentes filosofias de trabalho e culturas de parceria entre instituições/setores implicadas/os na intervenção e ação social;
- Implementar e manter serviços de proximidade num território de baixa densidade, nem sempre consonantes com tradicionais lógicas de economia de escala.

Recomendações para a implementação

Como já referido, o reforço da intervenção em rede constitui-se como fator essencial para a implementação do plano que se apresenta. Neste sentido, e tendo em vista o desenvolvimento de uma intervenção social mais eficaz, é fundamental dinamizar e potenciar o próprio funcionamento da Rede Social, através do fortalecimento da articulação e comunicação entre as entidades parceiras e os diferentes atores sociais.

Nesta medida, recomenda-se a implementação de estratégias capazes de potenciar e facilitar a articulação em rede, tais como:

- ➔ Mapeamento atualizado das respostas, programas e projetos existentes no concelho, por cada eixo estratégico, com a identificação das entidades envolvidas no seu desenvolvimento;
- ➔ Definição de metas realistas, negociadas e partilhadas por todos os atores, com definição dos responsáveis por cada ação e os mecanismos a utilizar para reporte, no âmbito dos planos de ação a elaborar;
- ➔ Definição de um plano de comunicação transversal ao PDS, com ações concretas, que acompanhe todo o processo de implementação e permita dar visibilidade aos resultados alcançados;
- ➔ Implementação de um sistema de informação partilhado (ex.: plataforma digital interinstitucional), que permita o reporte das ações realizadas e a partilha de outra informação relevante para a implementação do PDS (ex.: candidaturas, fontes de financiamento, boas práticas);
- ➔ Dinamização de momentos de reflexão em grupo (alargado e/ou restritos) ao longo do processo, formação e intervenção por área temática;
- ➔ Disponibilização de formação aos/às técnicos/as das instituições parceiras da Rede Social em áreas/temas relevantes constantes nos vários eixos estratégicos do PDS, de forma a permitir a clarificação de conceitos e a partilha de metodologias, técnicas e de instrumentos relevantes;
- ➔ Organização os Grupos de Trabalho em função das responsabilidades definidas nos Eixos Estratégicos do PDS.

De importância estratégica reveste-se o reforço da notoriedade pública da Rede Social, nomeadamente a divulgação do trabalho e impacto da sua atuação no Desenvolvimento Social local. Algo a desenvolver tanto junto da população em geral – desde logo, aquela residente no concelho, beneficiária direta de serviços, equipamentos e respostas em que a Rede Social intervém ou para os quais contribui – como também junto do tecido económico e da sociedade civil organizada. Meio de reporte/*accountability* e promoção de *transparência*, esta pode ser uma via importante para o próprio alargamento e reforço da Rede Social, suscitando o interesse e potencial atrativo da mesma junto de novos parceiros, estimulando a criatividade e a criação de oportunidades de intervenção na/da própria sociedade civil.

5.2. Avaliação do PDS do Concelho de Odemira

A avaliação deve permitir monitorizar os níveis de concretização, bem como identificar pontos de reorientação ou de reforço das ações. Avaliar o processo permite-nos qualificar a intervenção, a partir da aferição da adequabilidade dos objetivos definidos e da perceção dos reais impactos da implementação das ações para o desenvolvimento social concelhio, bem como identificar as principais dificuldades e boas práticas, possibilitando reajustes/reformulações das ações propostas que conduzam a uma maior adequação à realidade.

É desde aqui que se propõe a implementação de um **sistema de monitorização e avaliação do PDS 2025-2029**, que deverá ser contínuo e transversal a todo o processo e organizado em torno de dois eixos:

a) Monitorização, onde deverão ser utilizados indicadores de dimensão operacional e estratégica (indicadores de execução e indicadores de sucesso identificados ao longo do processo de construção do presente PDS). A monitorização que resulta da comparação entre o planeado e o efetivamente executado permitirá assegurar um acompanhamento contínuo da implementação, devendo, por isso ser realizada de forma mais regular, com periodicidade a ser definida pelo CLAS de Odemira.

b) Avaliação, que deverá contemplar a utilização de indicadores de impacto que permitam aferir as mudanças decorrentes da implementação do PDS junto dos públicos-alvo, através da definição de critérios e de questões de avaliação.

Desta forma, é necessária a definição de critérios de avaliação, que irão orientar a reflexão crítica da implementação do PDS, aos quais devem estar associadas questões de avaliação e indicadores, fontes de informação e instrumentos de recolha, bem como os/as responsáveis pela mesma.

Não obstante o facto de caber ao CLAS a definição de todas estas dimensões, apresentamos de seguida uma possível proposta de matriz de avaliação, organizada por alguns critérios considerados como particularmente importantes nas avaliações de intervenções para o desenvolvimento², a saber:

- ▶ **Relevância e Coerência**: avalia a adequabilidade dos objetivos definidos no PDS face às necessidades e áreas prioritárias identificadas, em sede de diagnóstico. Foca a avaliação da coerência e adequação entre objetivos, ações e resultados/metasp previstas.
- ▶ **Eficiência**: centra-se na avaliação da relação entre os efeitos produzidos pela ação e os recursos mobilizados.

² Com base nos critérios de avaliação da OECD (OECD, Evaluating Development Cooperation, 2nd Edition, p. 13-14).

- ▶ **Eficácia:** avalia a contribuição dos resultados obtidos para o alcance dos objetivos estratégicos definidos no PDS, ou seja, em que medida os objetivos foram atingidos, ou se espera que sejam alcançados.
- ▶ **Impacto:** centra-se na avaliação dos impactos produzidos pela implementação do PDS, ou seja, em que medida as ações e/ou projetos desenvolvidos provocaram mudanças positivas ou negativas, intencionais ou não.
- ▶ **Sustentabilidade:** avalia a probabilidade de continuidade dos benefícios produzidos pelo PDS após o seu término.

Critério de avaliação	Questões de avaliação	Indicador(es)	Fontes
Relevância e Coerência	A estratégia de intervenção (incluindo finalidades, objetivos e respetivas ações) é relevante face às necessidades diagnosticadas em diagnóstico?	Coerência entre finalidades/ objetivos/ ações e problemas/ necessidades identificadas	Relatórios de atividade Dados de monitorização
	As ações implementadas e os resultados alcançados são coerentes com os objetivos inicialmente definidos?	Coerência entre as ações e os resultados a alcançar e as mudanças previstas nos objetivos	Atores chave/entidades envolvidas na implementação (perceção)
Eficiência	Os resultados produzidos com a implementação do PDS, implicaram um investimento adequado e razoável de recursos?	Adequação entre recursos financeiros utilizados e objetivos/resultados alcançados	Registos do PDS (recursos implicados por ação)
Eficácia	Os objetivos e resultados previstos foram alcançados?	Taxa de concretização dos objetivos e resultados definidos	Registos das metas previstas (indicadores de execução)
Impacto	A implementação do PDS permitiu responder às necessidades dos públicos e territórios previstos?	Distribuição dos resultados alcançados por públicos, territórios e entidades	Registo dos resultados alcançados Taxa de concretização de objetivos estratégicos
	A implementação do PDS gerou impactos de longo prazo nos públicos, entidades e territórios previstos?	Evidência de mudanças produzidas para além das diretamente garantidas pelas ações do PDS (verificação de concretização dos objetivos estratégicos)	Atores chave/entidades envolvidas na implementação (perceção) População abrangida pelas ações desenvolvidas (perceção)

Critério de avaliação	Questões de avaliação	Indicador(es)	Fontes
Sustentabilidade	As respostas/projetos/ações criados, no âmbito da implementação do PDS, têm condições para se manterem após 2029?	Existência de contratualização a médio/ longo prazo das respostas criadas	Contratos das respostas criadas

Recomendações para a avaliação

Tendo em vista um sistema de monitorização e avaliação partilhado, recomenda-se a conceção e implementação de estratégias facilitadores do processo:

- ➔ Diversidade na natureza da informação, prevendo a utilização de indicadores qualitativos e quantitativos;
- ➔ Adoção de uma abordagem multi-método no que diz respeito aos métodos, instrumentos e estratégias de recolha de informação;
- ➔ Utilização de metodologias participativas como princípio fundamental na recolha de informação, assegurando que todos os atores implicados são envolvidos;
- ➔ Manutenção de um processo de avaliação contínuo, contemplando momentos de *feedback* que permitam uma reflexão *ongoing* acerca da implementação e a redefinição dos indicadores de avaliação se for caso disso;
- ➔ Realização de relatórios intermédios, que conduzam a pistas para o reforço ou atualização dos planos de ação.

5.3. Indicadores de execução e indicadores de sucesso

De seguida apresentam-se, como parte integrante do atual PDS, os indicadores de execução e indicadores de sucesso identificados ao longo do processo de construção do mesmo.

Como referido anteriormente, estas duas categorias de indicadores poderão complementar-se num sistema de monitorização do Plano. Sendo que, os indicadores de execução são referentes, à capacidade de implementar as medidas/ ações previstas, ao passo que os indicadores de sucesso, como se verifica

nas tabelas seguintes (por área prioritária), estão associados aos objetivos definidos neste processo. Nesta medida, os indicadores de sucesso permitirão medir alguns dos principais efeitos que a intervenção dos parceiros do CLAS deverá produzir, contribuindo para a concretização desses mesmos objetivos.

Mecanismos robustos de monitorização poderão assim, ao longo dos próximos anos de implementação do PDS, produzir dados que evidenciem a capacidade da Rede Social de Odemira produzir efeitos considerados estruturantes ao longo deste processo.

Habitação

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
Promover o acesso facilitado a habitação para públicos específicos	Nº de pessoas cujo direito à habitação foi garantido por via das medidas implementadas	Criação de bolsa de alojamento para profissionais deslocados	N.º de profissionais abrangidos	Abranger até 40 profissionais deslocados
		Alargamento dos mecanismos financeiros de apoio ao arrendamento, inclusive para profissionais deslocados	Nº de apoios financeiros atribuídos a profissionais deslocados	Abranger até 10 profissionais deslocados por ano.
		Melhoria das condições habitacionais e eficiência energética de famílias vulneráveis através de Programa Municipal de Melhorias Habitacionais e parcerias;	N.º de fogos alvo de melhoria	Abranger 20 fogos apoiados
		Criação de um programa de apoio à reabilitação de imóveis privados que se encontrem devolutos para posterior colocação no mercado de arrendamento acessível	Nº de fogos reabilitados e disponibilizados para arrendamento	Abranger até 15 fogos reabilitados
Aumentar a oferta habitacional no mercado	Nº de fogos disponibilizados para arrendamento Nº de fogos contruídos Nº de fogos alienados	Aumento de habitação a custos controlados	Nº de fogos disponíveis a custos controlados	Atingir a meta dos 160 fogos disponíveis
		Promoção do mercado de arrendamento, diminuindo os impostos dos imóveis disponíveis e/ou reabilitados para arrendamento em ARU	Nº de fogos abrangidos pela medida	Abranger 20 fogos apoiados

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
		Agravamento do IMI para imóveis devolutos	Nº de fogos abrangidos pela medida	Atingir a meta de pelos menos 10 fogos por ano
		Reforço do parque habitacional municipal	Nº de fogos construídos	Construção de pelo menos 100 fogos.
		Ações de informação e sensibilização sobre as medidas existentes (para a reabilitação urbana)	Nº de ações realizadas	10 ações de informação e sensibilização
		Constituição de uma Cooperativa de habitação de jovens (dec.-lei nº502/99)	Nº de fogos construídos	Construção de pelo menos 200 fogos
		Alienação de Habitações Construídas pelo Município	Nº de fogos alienados	Alienação de pelo menos 15 habitações
		Reforço do número de terrenos disponíveis para a construção de habitação	Nº de terrenos disponibilizados	Alienação de pelo menos 75 lotes

Saúde

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
Garantir o acesso a cuidados de saúde	Variação do número de consultas realizadas	Contratação de médicos de família (prestação de serviços) para utentes sem médico de família	Médicos contratados	8 médicos
		Contratação de Enfermeiros de de Saúde materno-infantil	Enfermeiros contratados	3 Enfermeiros
	Nº de pessoas que beneficiam das respostas criadas	Descentralizar os cuidados de saúde, nomeadamente de especialidades mais necessárias nas diferentes	Nº de polos criados	Descentralizar para pelo menos 3 pólos

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
		unidades funcionais e seus polos (incluir saúde materna e infantil)		
		Apoio aos processos de reconhecimento de habilitações académicas dos migrantes, nomeadamente da área da saúde	Nº de processos iniciados/ Nº de processos concluídos	8 processos
		Criação de serviço ambulatório em medicina física e de reabilitação para situações crónicas (ex. paralisia cerebral, condições neurológicas degenerativas, etc)	Serviço criado	Serviço criado até 2029
Promover o acesso a cuidados de saúde ao nível da doença mental	Nº de pessoas que beneficiam das respostas criadas	Reforçar Equipa Multidisciplinar Promotora da Saúde e do Bem-Estar com atuação descentralizada	Equipa em funcionamento	Reforçar com 2 fisiatras
		Criação de Fórum Sócio Ocupacional	Fórum Sócio Ocupacional criado	Resposta criada até 2029
		Criação de respostas experimentais/ inovadoras ao nível da saúde mental (exemplo: prescrição cultural/social; projeto Sublimar - APCO)	Respostas criadas	Criar 3 respostas
Promover hábitos de vida saudável e reduzir comportamentos de risco	Variação do número de admissões (nos serviços de saúde) de jovens sob efeito de álcool e substâncias psicoativas	Ações de sensibilização à comunidade educativa (alunos e encarregados de educação), profissionais das diferentes áreas, comunidade migrante, nomeadamente ao nível do consumo de substâncias - álcool e drogas e da adição sem substâncias	Nº de ações realizadas	Realizar 70 ações
		Sensibilização e controlo junto de pontos de venda de álcool e tabaco, para o cumprimento da lei	Nº de ações realizadas	Realizar ações em 70% dos pontos de venda nas 13 freguesias

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
		Criação de Comunidade terapêutica	Comunidade Terapêutica criada	Resposta criada até 2029
		Ações de sensibilização à comunidade ao nível de alimentação saudável, prática desportiva, etc	Nº de participantes nas ações de sensibilização	Abranger 300 participantes
		Programa de educação para a sexualidade para jovens (incluindo comunidade migrante e pessoas com deficiência)	Nº de jovens abrangidos pelo Programa	Abranger 220 jovens
	Número de pessoas que beneficiam das respostas criadas e; Nível de atividade física ATIVO segundo o IPAQ (Questionário Internacional de Atividade Física).	Reforço e alargamento de projetos de promoção da saúde e prevenção da doença para a comunidade em geral	N.º de participantes em cada projeto e o seu nível de atividade física	Abranger 1200 pessoas ano/ 50% tem nível de AF Ativo

Mobilidade

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
Melhorar a rede de transportes tornando-a ajustada às necessidades do território	Variação da rede de circuitos e horários disponíveis	Testar novos modelos de mobilidade (EX: dar resposta às ligações a estações ferroviárias (Funcheira/Sabóia)	Nº de modelos testados	Testar pelo menos 2 modelos
		Elaborar Estudo global de mobilidade do território para responder às diferentes necessidades e especificidades do território (circuitos e horários, dimensão dos transportes, novos modelos de mobilidade, adequação dos horários à frequência de atividades lúdico-desportivas e acesso a serviços, movimentos pendulares, etc)	Estudo elaborado	Estudo realizado em 2027
		"Adequação da dimensão dos autocarros às características dos	Nº de autocarros com	Disponibilizar pelo menos 3 minibus

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
		circuitos (utilização de minibus - experiência piloto)	dimensões adequadas	
Garantir transporte adequado à população com mobilidade reduzida	Variação do número de utilizadores com mobilidade reduzida	Sensibilizar para a criação de serviço/ resposta de transporte adaptado a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (ex: táxi adaptado)	Nº de ações de sensibilização	Realizar 5 ações
Promover a mobilidade sustentável	Variação do número de utilizadores de meios de transporte ambientalmente sustentáveis	Reforço das ciclovias (trajetos, circuitos...) com condições de segurança para os seus utilizadores	Rede de ciclovias reestruturada	3 Ciclovias
		Melhoria das vias pedonais (incluindo projeto piloto Metrominuto - placas indicativas do tempo de deslocação, a pé, entre pontos de referência)	Vias pedonais reestruturadas	Dotar Vila de Odemira, Milfontes e S. Teotónio
		Realização de ações de sensibilização e informação para a redução de utilização de veículo particular/individual	Nº de ações de sensibilização realizadas	Realizar 3 ações
		Desenvolvimento de app para facilitar a utilização de rede de transportes públicos e partilhados	App em funcionamento	Disponibilizar App até 2028
		Projeto piloto de bicicletas urbanas	Projeto implementado	Criar três centros de ciclismo e utilização da bicicleta

Migrantes

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
Garantir acesso à habitação com condições básicas de habitabilidade	Percentagem das habitações identificadas que cumprem condições básicas de segurança e salubridade	Mapeamento de situações de sobrelotação e situações de insalubridade em habitações	Relatório de Mapeamento produzido	Mapeamento realizado até 2026
		Desenvolvimento de ações para responder às situações de sobrelotação e insalubridade identificadas (ex: aumento da fiscalização)	N.º de ações realizadas	Realizar pelo menos 1 ação para cada situação identificada

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
		Sensibilização de proprietários de imóveis para condições a oferecer	Nº de ações realizadas	Realizar pelo menos 5 ações de sensibilização
Facilitar o acesso a direitos, serviços e dinâmicas da comunidade	Variação da percentagem da população imigrante com (Certificado Inicial Português Língua Estrangeira) - Nível A2 Nº de serviços com acesso adequado às necessidades da população migrante	Alargamento do acesso às ações de PLA e/ou ações que permitam a aprendizagem formal, não formal e informal de português	Nº de participantes que concluem as ações	300 participantes 180 participantes
		Implementação de programa prévio à integração das crianças no sistema de ensino - ano '0'	Programa implementado	Programa implementado em 2028
		Criação de equipa(s) multidisciplinar(es) dentro das escolas (mediadores, psicólogos, assistentes sociais...)	Equipas em funcionamento	Equipa a funcionar com 10 técnicos
		Formação a profissionais que trabalham diretamente com população migrante (incluindo língua inglesa)	Nº de profissionais formados	70 profissionais
		Instalação de sistemas de inteligência artificial para tradução simultânea (em serviços como seg. social, finanças, câmara, escolas...)	Nº de serviços com sistema implementado	10 Serviços
		Identificação da(s) necessidade(s) de mediador(es) e respetiva contratação	Nº de mediadores contratados	10 mediadores
		Promoção da integração através da participação conjunta da população residente (autóctone e imigrante) em atividades coletivas (ex. atividades desportivas, culturais e de sensibilização em várias áreas, etc.)	Nº de migrantes participantes em atividades coletivas	400 migrantes participantes
				45 migrantes participantes
				32 mães
		Integrar jovens migrantes em programas de voluntariado e mentoria	Nº de jovens migrantes integrados	300 jovens
		Criação de Provedor para a área da Migração	Resposta criada	Resposta criada até 2029

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
Promover a integração da população migrante e de outros grupos vulneráveis através do acesso ao emprego		Implementar ações diversas que visem capacitar para a procura ativa de emprego; sensibilizar para as medidas ativas de emprego e oportunidade de inserção profissional; apoio à criação do próprio emprego; sensibilizar e encaminhar desempregados para oferta formativa, sensibilizar entidades empregadoras e integrar cidadãos migrantes em Contratos CEI	Nº de beneficiários	800 beneficiários
Aumentar/reconhecer as competências profissionais da comunidade migrante		Programa de Apoio ao Reconhecimento e Validação de Competências escolares e profissionais e à conceção de equivalência de habilitações estrangeiras	Nº de beneficiários	60 beneficiários
Potenciar a integração e reduzir o potencial de discriminação na relação com a sociedade de acolhimento		Ações de informação e sensibilização junto da comunidade migrante relativamente a normas sociais e sobre direitos e deveres.		
		Ações de sensibilização junto da comunidade de acolhimento para desconstrução de estereótipos e crenças não suportadas na realidade.	Nº de beneficiários	450 beneficiários

Crianças e Jovens

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
Aumentar as respostas existentes nos períodos pós letivos/ não letivos	Variação do nº de crianças e jovens em atividades lúdicas e pedagógicas em períodos não letivos	Dinamização de Campos de Férias (Inclusivos)	Nº de freguesias abrangidas	Abranger todas as freguesias interessadas.
		Alargamento do 'Mexe-te Ojovem' (a todos os períodos de férias)	Nº de períodos anuais assegurados pelo 'Mexe-te Ojovem'	Criar uma resposta em todos os

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
para crianças e jovens				períodos de férias
		Alargamento do horário dos apoios pós-letivos	Nº de apoios pós-letivos com alargamento de horário	Dar respostas a todas as Escolas que solicitam o alargamento do horário dos apoios pós-letivos
		Promoção da oferta existente ao nível de atividades, ajustadas às faixas etárias e que incluam alunos até ao secundário	Variação do nº inscritos nas atividades	Aumentar 10% o nº de inscritos
		Promoção de espaços públicos multifuncionais que incentivem a prática desportiva, a prática de atividades lúdico-pedagógicas, incentivando melhores hábitos de vida	Nº de espaços com novas utilizações por parte da comunidade	Disponibilizar EB1 Odemira, EB2 S. Teotónio, Colos e Sabóia
Aumentar as respostas sociais existentes para crianças até aos seis anos	Variação da capacidade de integração de crianças até aos 6 anos em respostas sociais	Aumento do nº de vagas existentes em Creches	Nº de vagas em Creche criadas	Aumentar nº de vagas em Odemira, Vila Nova de Milfontes e S. Teotónio Criar a resposta de creche em Longueira-Almograve, S. Luís, Colos e Sabóia/St.ª Clara
		Aumento do nº de vagas em Jardim de Infância	Nº de vagas criadas	Aumentar o nº de vagas em S. Teotónio, Zambujeira do Mar, Galeado e St.ª Clara
		Implementação de rede de Amas/ Creche Familiar	Resposta criada	Implementar a rede até 2029

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
Garantir respostas adequadas para alunos com NEE	Evolução nas necessidades específicas/ deficiências identificadas de cada aluno Nº de novas respostas criadas	Criação de uma equipa multidisciplinar para acompanhamento destes alunos e suas famílias	Equipa multidisciplinar criada	Equipa constituída com 10 técnicos
		Formação de pessoal docente e não docente para a intervenção especializada com alunos com NEE	Nº de Ações	50 formandos
		Aumentar o número de técnicos de apoio às crianças e jovens com NEE nas escolas	Nº de novos técnicos	10 Técnicos
		Capacitar os ATL de recursos humanos adequados à integração de crianças com NEE	Nº de ATL Capacitados	3 dos ATL capacitados
Diminuir as situações de risco ou perigo em crianças e jovens, promovendo a sua integração na comunidade	Variação do nº de novos processos de crianças e jovens na CPCJ	Capacitação e reforço da CPCJ com vista a uma maior eficácia da sua intervenção	Variação do nº de profissionais com afetação à CPCJ	Comissão restrita completa
		Implementação do CAFAP no território concelhio	Resposta criada	CAFAP em funcionamento
		Implementação de projetos que: mobilizem as crianças, jovens e famílias para a promoção de estilos de vida saudáveis e a integração na comunidade; promovam o envolvimento e a participação dos jovens alunos na comunidade escolar; capacitem os encarregados de educação; garantam o acesso das crianças e jovens à informação e conhecimento sobre os seus direitos e promovam o associativismo.	Nº de crianças e jovens abrangidos pelos projetos implementados	Abranger 500 crianças /jovens
		Aumentar a regularidade da intervenção da escola segura	Variação do nº de diligências de proximidade realizadas pela escola segura	n.d.
		Promoção de ações de informação que visem a consciência coletiva dos contextos de emergência social	Nº de alunos abrangidos	600 alunos

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
Melhorar as condições de vida dos agregados familiares vulneráveis.		Dinamização do Núcleo Local de Garantia para a Infância	N.º de produtos criados	7 produtos
		Implementar o Programa 1000 dias	N.º de famílias acompanhadas	Testar o modelo em 10 agregados familiares
		Realizar atendimento e acompanhamento social descentralizado a famílias vulneráveis.	N.º de atendimentos realizados	100 famílias
		Implementar modelos de intervenção junto das famílias que promovam e fortaleçam as competências pessoais, parentais e sociais	N.º de famílias acompanhadas	70 famílias
Promover a inserção profissional dos jovens	Variação do nº jovens inseridos no mercado de trabalho	Implementar ações que visem capacitar para a procura ativa de emprego; apoio à criação do próprio emprego; sensibilizar para as medidas ativas de emprego e oportunidades de inserção profissional	N.º de jovens abrangidos	250 jovens

Pessoas Idosas

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
Diminuir o isolamento geográfico e social	Idade média dos idosos institucionalizados	Projeto Piloto SAD Inovador	Resposta criada	Criar 1 SAD Inovador
		Projeto Piloto Centro de Dia Inovador	Resposta criada	Criar 1 Centro de Dia Inovador
		Criação de novos projetos de voluntariado dirigidos à população idosa, no âmbito do Banco Local de Voluntariado de Odemira	N.º de novos projetos de voluntariado criados N.º de novos voluntários inscritos	Duplicar o nº de projetos Duplicar o nº de voluntários inscritos
		Implementação de serviço de teleassistência	N.º de aparelhos de	Disponibilizar pelos menos

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
			teleassistência disponibilizados	50 aparelhos de teleassistência
		Criação de novos polos da Universidade Sénior e/ou de projetos locais dirigidos à população idosa, como respostas ajustadas aso interesses dos idosos, que proporcionem uma aprendizagem ao longo da vida	Nº de novas respostas criadas	Criar 3 novas respostas
Aumentar a idade média da institucionalização dos idosos		Divulgação e facilitação do acesso à medida 'Cuidador Informal'	Nº de ações de divulgação	Realizar 10 ações
		Criação de residência autónoma para pessoas que carecem apenas de vigilância	Resposta criada	Criar 1 residência
		Criação de rede de cuidadores (formais) para pessoas idosas que não têm resposta social ou 'pré-institucionalização'	Nº de cuidadores	Rede criada com 10 cuidadores formais
		Criação de Centro de Noite	Centro de Noite criado	1 Centro de Noite
		Ampliar a resposta de ERPI no concelho	N.º de vagas criadas	Criar 35 novas vagas

Pessoas com Deficiência

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
Integrar no mercado de trabalho pessoas com deficiência	Nº de novas integrações de pessoas com deficiência no mercado de trabalho	Identificação de pessoas com deficiência em situação de procura de emprego e suas competências/perfil	Nº de pessoas com resposta/ Nº de pessoas identificadas	Dar resposta a todas as pessoas identificadas
		Sensibilização de empregadores para a integração de trabalhadores com deficiência	Nº de empresas com integração de trabalhadores com deficiência	5 empresas integram trabalhadores com deficiência
		Identificação de entidades empregadoras e suas necessidades para	Nº de entidades empregadoras identificadas	5 empresas

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
		empregabilidade de pessoas com deficiência		
		Criação de cursos profissionais adequados às pessoas com deficiência de acordo com as necessidades identificadas junto das entidades empregadoras	Nº de cursos criados	Criar pelo menos 3 cursos
Promover a mobilidade e acessibilidade a serviços		Sensibilizar para a criação de serviço/ resposta de transporte adaptado a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (ex: táxi adaptado)	Nº de ações de sensibilização	Realizar 5 ações
		Requalificação do espaço urbano e serviços públicos por forma a estarem acessíveis a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (barreiras arquitetónicas)	Nº de requalificações realizadas	Requalificar pelo menos 5 espaços
	Nº de novas respostas criadas	Avaliação da possibilidade de implementação da resposta Assistência Pessoal para pessoas com deficiência (Modelo de Apoio à Vida Independente - Portaria n.º 415/2023)	Relatório de avaliação produzido	1 Relatório produzido
	Nº de respostas adaptadas	Promoção da prática de desporto adaptado e/ou inclusivo (Ex: divulgação e aumento da oferta existente, criação de apoios e incentivos)	Nº de praticantes de desporto adaptado	Aumentar o número de praticantes de desporto adaptado
Garantir respostas adequadas às necessidades das pessoas com deficiência		Avaliar a necessidade de criação de serviço de apoio às famílias/ cuidadores informais de pessoas com deficiência	Relatório produzido	1 Relatório produzido
		Aumento da capacidade de resposta em Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, Intervenção Precoce e Centro de Recursos para a Inclusão	Nº de novas vagas nas respostas sociais de CACI, IP e CRI	Aumentar a capacidade das respostas em: IP: 30% CACI:1 unidade CRI:30%
		Criação de residências autónomas para pessoas com deficiência	Nº de residências autónomas existentes	1 Residência

Objetivos	Indicadores de Sucesso	Medidas / Ações Prioritárias	Indicadores de Execução	Meta
		Promoção de resposta concertada na saúde para o acompanhamento da deficiência ao longo da vida	Grupo de trabalho na área da deficiência constituído	Resposta criada
		Criação de Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)	Respostas criadas	1 Resposta social/CAARPD
Sensibilizar para a importância da inclusão e da não discriminação das pessoas com deficiência		Realização de ações de informação e sensibilização sobre os temas da deficiência e/ou incapacidade	Nº de alunos abrangidos	Abranger 250 alunos

6. Fontes

- Resolução Conselho de Ministros nº112/2020 de 2020-12-18. *Aprovação da Estratégia Nacional para os Direitos da Criança para o período 2021-2024*. Diário da República nº245/2020, Série I de 2020-12-18, pp. 2—22. Consultado em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/112-2020-151557423>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021. *Aprovação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030*. Diário da República nº251/2021, Série I de 2021-12-29, pp. 19-30. Consultado em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/184-2021-176714553>
- Assembleia da República. 2019. “*Lei 83/2019: Lei de Bases da Habitação*”. Diário da República n.º 168, Série I, de 3 de setembro de 2019.
- Lopes, M.; & Ferreira, V.; Monteiro, R.; Saleiro, S.; Múrias, C. (2016). *Guia para a Integração a Nível Local da Perspetiva de Género no Urbanismo, Habitação e Ambiente*. Coimbra: CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. *Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021 – 2025 (ENIPD)*. Despacho nº 15/MTSS/2019, de 29 de julho de 2020. Consultado em: <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf/5bce7969-0918-4013-b95d-2a5a35a870c5>
- Núcleo da Rede Social do IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social (2002). *Programa Rede Social – Plano de Desenvolvimento Social*. Lisboa: IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Pinto, T.C.; Guerra, I.; Martins, M.; Almeida, S. (Coord.) (2010). *À Tona de Água. Necessidades em Portugal. Tradição e Tendências Emergentes*. Lisboa: Tinta da China.
- Freitas, M.G. (Coord.). *Plano Nacional de Saúde 2021- 2030. Saúde Sustentável: de tod@s para tod@s*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde. Consultado em: [efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://pns.dgs.pt/files/2022/03/PNS-21-30_Versao-editada-1_Final_DGS.pdf](https://pns.dgs.pt/files/2022/03/PNS-21-30_Versao-editada-1_Final_DGS.pdf)
- Schiefer, U.; Bal-Dobel, L.; Batista, A.; Dobel, R.; Nogueira, J.; Teixeira, P. (2006). *MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos*. São João do Estoril/Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- OECD (2023). *Evaluating Development Co-Operation. Development Co-Operation Fundamentals*. Consultado em: https://www.oecd.org/en/publications/2021/03/development-co-operation-tips-tools-insights-practices_d307b396/evaluating-development-co-operation_Ob086a36.html
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro. *Rede Social – Reconhecimento*.
- Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho. Diário da República n.º 114/2006, Série I-A de 2006-06-14. *Regulamenta a rede social, definindo o funcionamento e as competências dos seus órgãos, bem como os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados, em desenvolvimento do regime jurídico de transferência de competências para as autarquias locais*.
- https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195
- <https://ods.pt/>
- <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1484&langId=en>
- <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_convencao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf
- [efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/ENEAS.pdf](https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/ENEAS.pdf)
- <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf>
- https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/12/Resol_Cons_Ministros_61_2018.pdf
- https://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/enicc_ACM.pdf/42f8ef57-8cd7-4118-9170-9fcd9bc53ec2
- <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=governo-aprova-a-estrategia-nacional-para-os-direitos-da-crianca>
- <https://www.sg.min-saude.pt/>
- <https://www.spms.min-saude.pt/>
- <https://bicsp.min-saude.pt/>
- <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.fnerdm.pt/wp-content/uploads/2014/05/DGS_PNSM_2017.10.09_VF.pdf
- chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://recursos.ordemdospsicologos.pt/files/artigos/parecer_sobre_plano_nacional_para_a_reducao_dos_comportamentos_aditivos_e_dependencias_2021_2030_pnrcad.pdf
- <https://www.cig.gov.pt/estrategia-nacional-para-a-igualdade-e-a-nao-discriminacao-2018-2030-portugal-igual/>

- chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgltclfindmkaj/https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14731/Estrat%C3%A9gia+do+Conselho+da+Europa+sobre+os+Direitos+da+Crian%C3%A7a/5f2d0055-ee83-46fe-976f-fe40e76df7ba